



Universidade de Brasília –
UnB Instituto de Ciências
Humanas Departamento de
Geografia
Programa de Mestrado Profissional em Geografia - PROFGEO

Desigualdade Educacional e Avaliação Docente: O Papel do ENADE na Formação de Professores de Geografia no Brasil

Orientador: Profº Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Brasília/DF
Maio de 2025

JOÃO AUGUSTO
GUIMARÃES CARVALHO

**Desigualdade Educacional e Avaliação docente: O papel do ENADE na
Formação de Professores de Geografia no Brasil**

Dissertação de Conclusão de Curso apresentado ao
Programa de Mestrado Profissional em Geografia -
PROFGEO do Departamento de Geografia da
Universidade de Brasília, para fins de obtenção do
título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof.Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho.

**Brasília/DF
Maio de 2025**

JOÃO AUGUSTO
GUIMARÃES CARVALHO

**Desigualdade Educacional e Avaliação docente: O papel do ENADE na
Formação de Professores de Geografia no Brasil**

Dissertação de Mestrado submetida apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Geografia - PROFGEO do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Batista Alves de Souza

Prof^a. Dra. Edilene Américo Silva

**Prof^a. Dra. Maria do
Socorro Ferreira da Silva**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela motivação e coragem constantes que me sustentaram nos momentos de cansaço. Sem essa presença em minha caminhada, nada disso teria sentido.

Aos meus familiares: meu pai, João Alves de Carvalho Neto, e minha mãe, Cláudia Guimarães Pedro Godoy, por todo amor, apoio e incentivo desde os primeiros passos até este momento de conquista. Sei que posso fazer o meu melhor devido a todo esforço, dedicação e doação que tiveram comigo e com a minha formação. Ao meu irmão, Pedro Eugênio Guimarães Carvalho, por todo apoio em diversos momentos. À minha avó Marília Guimarães Pedro, cujo carinho e presença marcaram minha história com ternura, afeto e principalmente quanto aos ensinamentos e lições sobre a vida e a importância de uma formação acadêmica e profissional.

À minha namorada, Giovanna Rêgo Magalhães, pelo amor, pela paciência, pelo apoio incondicional e pela motivação. Obrigado por me lembrar diariamente do que realmente importa e por caminhar ao meu lado com leveza, parceria e compreensão.

Agradeço aos meus colegas de trabalho no Colégio Galois, que estiveram ao meu lado durante toda essa jornada acadêmica: João, Eduardo, Guilherme Choairy, Guilherme Caldas, Isaac, Alexandre e Leonardo. Obrigado pela amizade e pelo apoio que tornaram os dias mais leves e produtivos.

Aos meus alunos, verdadeiras fontes de inspiração e renovação do meu compromisso com a educação. Cada aula, cada troca, cada desafio me ajudou a compreender melhor o papel do professor e a importância da nossa missão.

Ao PROFGEO e à Universidade de Brasília, por me acolherem nesse processo de formação, por me desafiar e por proporcionarem um espaço de crescimento intelectual e pessoal.

E, de modo muito especial, ao meu orientador, Professor Fernando Luiz Araújo Sobrinho, por sua escuta, orientações, paciência e confiança ao longo deste percurso. Sua

presença foi fundamental para que este trabalho ganhasse forma e sentido. Sigo admirando profundamente sua trajetória e seu compromisso com a educação pública de qualidade.

Durante a execução de todo esse trabalho tive percalços e grandes desafios a serem vencidos. Manejei uma exaustiva carga de trabalho com a produção acadêmica como ainda é, infelizmente, a realidade da maioria dos Brasileiros – principalmente daqueles que trabalham com educação –, então, posso dizer do fundo do coração que todo apoio foi muito bem recebido e necessário.

A todos vocês, meu mais sincero **muito obrigado**.

“Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar. E eu não vou me resignar nunca.”

Darcy Ribeiro

RESUMO

A presente dissertação analisa criticamente as desigualdades educacionais no acesso ao ensino superior no Brasil, com foco na formação de professores de Geografia e no papel do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) como instrumento avaliativo. Parte-se do pressuposto de que a avaliação, quando descontextualizada das condições socioeconômicas e estruturais, tende a reproduzir as desigualdades que se pretende combater. A pesquisa demonstra que estudantes oriundos de contextos socioeconômicos mais vulneráveis enfrentam múltiplas barreiras, desde a educação básica até a formação docente, o que impacta diretamente seus resultados no ENADE e, por consequência, a qualidade percebida dos cursos de licenciatura. A análise documental e teórica revela que o ENADE, embora importante para aferir a qualidade da formação superior, apresenta limitações significativas, como sua padronização e a incapacidade de captar a complexidade dos processos formativos e regionais. A pesquisa defende a urgência de políticas públicas que articulem avaliação, inclusão e valorização docente, com investimentos que não apenas ampliem o acesso, mas também assegurem condições efetivas de permanência e formação de qualidade. Conclui-se que o aprimoramento do ENADE como ferramenta avaliativa deve estar associado a uma compreensão mais ampla das desigualdades estruturais que afetam a formação dos professores de Geografia no Brasil.

Palavras-chave: ENADE; desigualdade educacional; formação docente; ensino superior; Geografia; políticas públicas.

ABSTRACT

This dissertation critically examines educational inequality in access to higher education in Brazil, focusing on the training of Geography teachers and the role of the National Student Performance Exam (ENADE) as an assessment tool. It argues that standardized evaluations, when detached from socioeconomic and structural conditions, tend to reproduce the very inequalities they aim to address. The research shows that students from socioeconomically vulnerable backgrounds face multiple barriers from basic education to teacher training, which directly affect their ENADE performance and the perceived quality of licentiate programs. Through documentary and theoretical analysis, the study highlights that although ENADE is relevant for measuring the quality of higher education, it presents significant limitations, such as its standardization and inability to capture the complexity of regional and formative processes. The dissertation advocates for public policies that integrate evaluation, inclusion, and teacher appreciation, with investments that go beyond access and ensure meaningful conditions for permanence and quality training. It concludes that improving ENADE as an assessment tool requires a broader understanding of the structural inequalities affecting Geography teacher education in Brazil.

Keywords: ENADE; educational inequality; teacher training; higher education; Geography; public policy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação dos resultados médios do ENADE em cursos de Geografia	16
Tabela 2 – Relação entre renda familiar e desempenho no ENADE	16
Tabela 3 – Distribuição de estudantes no ensino superior	41
Tabela 4 – Comparativo entre índices de aprovação no ENEM: escolas privadas e públicas	41
Tabela 6 – Diferenças nas taxas de proficiência em disciplinas básicas da educação	44
Tabela 7 – Diferença média no desempenho do ENADE entre estudantes de instituições públicas e privadas	48
Tabela 8 - Número de IES, cursos, concluintes inscritos e participantes do ENADE 2023, por área de avaliação, organização acadêmica e região geográfica	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. Seção I: O ENADE	26
1.1 Histórico e Fundamentação do ENADE	26
1.2 Estrutura e Metodologia do Exame	27
1.3 Aplicação e Organização Logística do ENADE	29
1.4 Indicadores Derivados: CPC e IGC 31	31
1.5 O ENADE na Política Pública de Avaliação e Accountability	32
1.6 Críticas à Efetividade e Equidade do ENADE	33
1.7 Impactos Institucionais e Possibilidades de Melhoria	34
1.8 O ENADE das Licenciaturas e a Avaliação da Formação Docente	35
1.9 A Formação de Professores de Geografia no ENADE	36
2. Seção II: Desigualdade nos Processos Seletivos do Ensino Superior no Brasil	38
2.1 Acesso desigual ao ensino superior: barreiras econômicas e sociais	39
2.2 Impacto das defasagens educacionais no ingresso em cursos de licenciatura	42
2.3 ENADE como ferramenta de avaliação da qualidade docente	46
2.4 O papel do ENADE na identificação das defasagens dos professores de Geografia	48
2.5 Desigualdade nos resultados do ENADE: reflexo das disparidades educacionais	51
2.6 Políticas públicas para reduzir as desigualdades no ensino superior	53
3. Seção III: O ENADE e a Qualidade dos Professores de Geografia no Contexto de Desigualdade Educacional	56
3.1 O ENADE como indicador da qualidade educacional: limitações e potencialidades	59
3.2 Defasagens educacionais e o desempenho dos professores no ENADE	62
3.3 Desigualdade no preparo para o ENADE entre instituições de ensino	64
3.4 A influência das condições socioeconômicas no desempenho dos professores	67
3.5 Formação inicial versus continuada: impacto no desempenho docente	69
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
5. REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

A desigualdade educacional é um dos traços mais persistentes e estruturantes da realidade brasileira. Ainda que o país tenha experimentado avanços significativos no acesso à educação nas últimas décadas, os índices de permanência, rendimento e qualidade do ensino continuam a revelar uma profunda clivagem entre diferentes grupos sociais.

Essa desigualdade manifesta-se desde a educação infantil até o ensino superior, sendo especialmente perceptível nos processos seletivos de ingresso às universidades e nos dispositivos de avaliação que visam mensurar a qualidade dos cursos e das instituições de ensino.

Tais dispositivos, ainda que se proponham objetivos e isonômicos, operam dentro de um sistema profundamente marcado por assimetrias sociais, econômicas e regionais. Nesse contexto, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) emerge como um instrumento central de avaliação, cuja lógica, aplicação e interpretação merecem análise crítica, sobretudo quando considerados os cursos de licenciatura, responsáveis pela formação dos futuros professores da educação básica.

No Brasil, os cursos de licenciatura ocupam, historicamente, uma posição de menor prestígio em relação aos cursos de bacharelado e tecnológicos, tanto no imaginário social quanto nas políticas de financiamento e incentivo. Com frequência, são destinados a estudantes oriundos de camadas sociais menos favorecidas, que enfrentaram uma trajetória educacional marcada por deficiências estruturais, baixa qualidade de ensino básico, ausência de políticas de permanência e condições adversas de estudo.

No interior dessa lógica, muitos cursos de licenciatura em Geografia recebem estudantes cuja escolha não se dá exclusivamente por vocação, mas por exclusão de alternativas, evidenciando um processo de hierarquização social dos saberes e dos percursos educacionais.

A formação de professores de Geografia, portanto, precisa ser compreendida como parte de um processo complexo, que envolve não apenas conteúdos e

metodologias, mas também contextos de origem, trajetórias de vida e condições materiais de existência.

A Geografia, enquanto disciplina escolar, desempenha papel fundamental na formação crítica dos sujeitos, ao promover a compreensão das relações entre sociedade, espaço e natureza.

Formar professores nessa área, especialmente para atuar em contextos de vulnerabilidade, exige mais do que a simples transmissão de saberes técnicos: requer um projeto pedagógico que leve em consideração as desigualdades de origem, as demandas territoriais e as condições efetivas de atuação no magistério.

Nesse sentido, o ENADE, criado como parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), busca aferir, por meio de exames padronizados, o desempenho dos estudantes concluintes dos cursos de graduação.

Sua proposta, fundamentada em princípios como eficiência, controle de qualidade e accountability, insere-se em uma lógica gerencialista que tem ganhado força nas políticas educacionais desde os anos 1990.

Ao avaliar conhecimentos gerais e específicos por meio de testes de larga escala, o ENADE produz indicadores quantitativos que influenciam diretamente o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e, indiretamente, afetam o financiamento, a reputação institucional e a permanência de determinados cursos. No entanto, essa padronização frequentemente desconsidera as condições materiais, históricas e pedagógicas que moldam os percursos formativos dos licenciandos.

Autores como Catani (2006), Verhine, Dantas e Soares (2006) e Judensnaider (2022) alertam para os limites dos exames em larga escala como únicos mecanismos de avaliação da educação superior. A lógica comparativa e classificatória do ENADE, ao privilegiar médias de desempenho e rankings institucionais, ignora aspectos fundamentais do processo educativo, como a diversidade regional, os projetos pedagógicos diferenciados e as realidades socioeconômicas dos estudantes.

No caso das licenciaturas, especialmente em Geografia, esse problema é ainda mais acentuado, uma vez que os cursos cumprem, muitas vezes, um papel de inclusão social e enfrentam desafios institucionais significativos, como a evasão, a falta de infraestrutura, a carência de docentes permanentes e a escassez de financiamento.

A literatura crítica sobre avaliação educacional aponta que os exames padronizados tendem a reproduzir as desigualdades que pretendem combater. Estudantes de cursos com menos recursos, provenientes de escolas públicas e de regiões periféricas, geralmente obtêm notas inferiores, não por carência de potencial ou esforço, mas por enfrentarem condições estruturais desfavoráveis.

Isso se reflete nos dados do ENADE, que apresentam diferenças significativas entre instituições públicas e privadas, entre regiões Sul-Sudeste e Norte-Nordeste, e entre cursos de alta e baixa demanda. Essas discrepâncias revelam que a avaliação do desempenho acadêmico, quando desvinculada das condições reais de formação, torna-se mais um mecanismo de legitimação da desigualdade do que uma ferramenta efetiva de melhoria da qualidade.

A presente dissertação se insere nesse debate, com o objetivo de analisar criticamente o papel do ENADE na avaliação da formação dos professores de Geografia no Brasil, considerando o contexto das desigualdades educacionais que marcam o percurso formativo dos licenciandos.

Parte-se da hipótese de que o ENADE, embora seja um instrumento relevante para a avaliação da educação superior, apresenta limites importantes quando utilizado como principal ou exclusivo critério de qualidade dos cursos. Esses limites decorrem da ausência de uma abordagem contextualizada, da rigidez de sua estrutura avaliativa e da desconsideração de fatores estruturais que afetam o desempenho dos estudantes.

O problema de pesquisa que orienta este estudo é: em que medida o ENADE, enquanto instrumento de avaliação em larga escala, consegue captar a complexidade da formação docente em Geografia, considerando as desigualdades socioeducacionais que atravessam o ensino superior no Brasil?

Para responder a essa questão, adotam-se como objetivos específicos: (1) identificar as principais barreiras socioeconômicas enfrentadas pelos estudantes de Geografia no acesso e permanência no ensino superior; (2) analisar os resultados do ENADE em cursos de licenciatura em Geografia, buscando padrões de desempenho relacionados a fatores estruturais; (3) discutir criticamente os limites e as potencialidades do ENADE como ferramenta avaliativa no âmbito da formação docente; (4) propor estratégias de políticas públicas que articulem avaliação, inclusão e qualidade na educação superior.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se desenvolve sob uma abordagem qualitativa, com base em análise documental e revisão bibliográfica. São utilizados dados secundários do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), além de publicações acadêmicas e relatórios oficiais sobre o desempenho dos estudantes no ENADE.

A análise tem como foco os cursos de licenciatura em Geografia, com especial atenção às variáveis socioeconômicas, regionais e institucionais que impactam o desempenho dos estudantes. Complementarmente, são mobilizadas categorias teóricas oriundas dos campos da Geografia da Educação, da Sociologia da Educação e das Políticas Públicas.

A dissertação está organizada em três grandes seções, além desta introdução. A primeira apresenta o percurso metodológico da pesquisa, detalhando a abordagem qualitativa, os critérios de seleção dos dados e os procedimentos de análise.

A segunda seção discute as desigualdades nos processos seletivos de ingresso e permanência no ensino superior, com foco nas licenciaturas e nos cursos de Geografia, articulando os dados empíricos com a literatura especializada. A terceira seção examina o papel do ENADE como instrumento de avaliação da formação docente, discutindo suas limitações e potencialidades, bem como os impactos de seus resultados sobre os cursos e as instituições.

Ao trazer para o centro da análise o entrelaçamento entre avaliação e

desigualdade, esta dissertação pretende contribuir para a construção de um olhar mais crítico e propositivo sobre a formação dos professores de Geografia no Brasil. Entende-se que a melhoria da qualidade do ensino não pode ser alcançada apenas por meio de exames padronizados e indicadores quantitativos, mas exige o fortalecimento de políticas estruturantes que promovam a equidade, a valorização docente e a democratização efetiva do acesso à educação superior pública e de qualidade.

De acordo com os estudos de Farage (2021) a desigualdade nos processos seletivos para ingresso no ensino superior no Brasil é uma questão premente que afeta milhares de estudantes todos os anos, de acordo com o autor essa desigualdade manifesta-se de diversas formas, principalmente por meio de barreiras econômicas e sociais que dificultam o acesso igualitário ao ensino superior.

Em concordância Jesus et al. (2022) acrescenta que muitos estudantes, devido à falta de recursos, não conseguem ingressar nos cursos mais concorridos, optando por licenciaturas, que muitas vezes são vistas como alternativas menos prestigiosas.

A licenciatura em Geografia é um exemplo claro desse fenômeno, estudantes que optam por essa carreira frequentemente o fazem porque não têm condições de concorrer aos "grandes cursos" do ensino superior, como Medicina ou Engenharia. Segundo Salata (2018) esses alunos entram nas universidades e faculdades com deficiências acumuladas ao longo de sua trajetória educacional.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é uma ferramenta utilizada pelo governo para avaliar a qualidade dos cursos superiores e, conseqüentemente, dos profissionais formados por eles (ENADE, 2022).

No caso dos professores, o ENADE serve como um indicador da qualidade da formação recebida, no entanto, para Verhine, Dantas e Soares (2006) os resultados do ENADE refletem não apenas a qualidade dos cursos, mas também as desigualdades pré-existentes que os alunos enfrentam ao longo de sua educação.

Os resultados do ENADE muitas vezes revelam disparidades significativas entre instituições de ensino públicas e privadas, de acordo com Carvalho e Walternberg

(2015) as instituições públicas, apesar de muitas vezes oferecerem ensino gratuito, não conseguem competir em termos de infraestrutura e recursos com muitas instituições privadas. Isso coloca os alunos dessas instituições em desvantagem, refletida nos resultados do ENADE.

A Tabela 1 mostra uma comparação entre os resultados médios do ENADE para cursos de Geografia em instituições públicas e privadas.

Tabela 1- Comparação dos Resultados Médios do ENADE em Cursos de Geografia

Tipo de Instituição	Nota Média ENADE
Pública	3.1
Privada	4.3

Fonte: ENADE (2022).

Essa tabela apresenta a diferença de desempenho entre as instituições, evidenciando a desigualdade presente no sistema educacional. A disparidade nos resultados do ENADE entre diferentes tipos de instituições é um reflexo direto das desigualdades estruturais que permeiam o sistema educacional brasileiro.

Além das barreiras institucionais, as condições socioeconômicas dos estudantes também desempenham um papel crucial. Alunos de baixa renda frequentemente precisam trabalhar durante seus estudos, o que limita seu tempo e energia para se dedicar às atividades acadêmicas. Isso contribui para a perpetuação das defasagens educacionais. A Tabela 2 destaca a relação entre a renda familiar dos estudantes de Geografia e suas notas no ENADE.

Tabela 2- Relação entre Renda Familiar e Nota no ENADE

Faixa de Renda Familiar	Nota Média ENADE
Até 2 salários mínimos	3.0
De 2 a 5 salários mínimos	3.7
Acima de 5 salários mínimos	4.3

Fonte: ENADE (2022)

Observa-se que estudantes de famílias com maior renda apresentam melhores desempenhos no ENADE, essa correlação indica que a condição econômica é um fator

determinante na qualidade da formação recebida.

Carvalho e Walternberg (2015) acreditam que o ciclo de defasagens educacionais começa muito antes do ensino superior, a formação básica deficiente impede que muitos alunos desenvolvam as competências necessárias para enfrentar os desafios do ensino superior. Quando esses alunos ingressam em cursos de licenciatura, carregam consigo essas lacunas, que dificilmente são sanadas ao longo da graduação.

A utilização do ENADE como ferramenta de análise para verificar a qualidade dos professores de Geografia é, portanto, um passo importante, mas não suficiente, nesse sentido Honorato e Heringer (2015) defendem que o exame ajuda a identificar deficiências na formação, mas não oferece soluções para os problemas estruturais que causam essas deficiências.

Mont'alvão (2015) destaca que Investimentos em infraestrutura, capacitação docente e suporte aos estudantes de baixa renda são fundamentais para reduzir as desigualdades educacionais, além disso, programas de tutoria e acompanhamento individualizado podem ajudar a sanar as defasagens acumuladas ao longo da educação básica e média.

Outro aspecto a ser considerado é a necessidade de adaptar os currículos dos cursos de licenciatura às realidades locais. Cada região do Brasil possui características únicas que devem ser contempladas na formação dos professores. Isso permitirá que os futuros docentes estejam melhor preparados para enfrentar os desafios específicos de suas comunidades.

Picanço (2015) aponta que a integração entre teoria e prática também é crucial na formação dos professores, estágios supervisionados e experiências práticas em sala de aula são indispensáveis para que os alunos de licenciatura possam aplicar os conhecimentos adquiridos e desenvolver habilidades pedagógicas eficazes.

Por fim, Mont'alvão (2015) acentua que é fundamental que haja um acompanhamento contínuo do desempenho dos professores no mercado de trabalho, o

ENADE oferece uma visão inicial da qualidade da formação, mas o desenvolvimento profissional dos docentes deve ser monitorado ao longo de suas carreiras.

A investigação acerca da desigualdade nos processos seletivos para ingresso no ensino superior no Brasil e a avaliação da qualidade dos professores de Geografia por meio do ENADE é essencial para compreender e combater as disparidades educacionais persistentes no país. O acesso desigual à educação superior perpetua um ciclo de desigualdade que impacta profundamente o desenvolvimento social e econômico do Brasil, tornando urgente uma análise detalhada e estratégias de intervenção eficazes.

A desigualdade começa nos processos seletivos, onde estudantes de classes sociais mais altas, que têm acesso a melhores recursos educacionais e cursinhos preparatórios, têm vantagens significativas sobre estudantes de baixa renda. Esses alunos enfrentam dificuldades consideráveis devido à falta de recursos financeiros e apoio adequado, resultando em menores chances de ingresso em cursos de alta demanda. O ENADE, como uma ferramenta de avaliação, proporciona uma visão crítica da qualidade dos cursos de licenciatura e dos professores formados por eles.

A análise dos resultados do ENADE pode revelar disparidades significativas entre instituições públicas e privadas, bem como a influência das condições socioeconômicas dos estudantes sobre seu desempenho acadêmico. Essas disparidades são um indicativo das desigualdades mais amplas presentes no sistema educacional brasileiro.

A formação inicial dos professores de Geografia, portanto, deve ser capaz de sanar as defasagens educacionais acumuladas ao longo da trajetória escolar dos alunos, a falta de uma formação inicial adequada resulta em profissionais que não estão plenamente preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho, perpetuando o ciclo de desigualdade educacional.

Os investimentos em infraestrutura e recursos pedagógicos são vitais para proporcionar uma formação de qualidade, instituições que dispõem de melhores recursos podem oferecer uma educação mais completa e preparar melhor os futuros docentes para os desafios da sala de aula

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a desigualdade nos processos seletivos para ingresso no ensino superior no Brasil e avaliar como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) pode ser utilizado como uma ferramenta eficaz para verificar a qualidade dos professores de Geografia formados por instituições de ensino superior.

A investigação busca entender como as defasagens educacionais acumuladas ao longo da trajetória escolar dos estudantes impactam seu desempenho acadêmico e, conseqüentemente, a qualidade do ensino que esses futuros docentes serão capazes de oferecer.

Os objetivos específicos desta pesquisa são

- a) identificar as principais barreiras econômicas e sociais que dificultam o acesso igualitário ao ensino superior no Brasil, analisando seu impacto nos estudantes que optam por cursos de licenciatura em Geografia;
- b) avaliar a eficácia do ENADE como um indicador da qualidade da formação dos professores de Geografia, comparando os resultados entre diferentes tipos de instituições de ensino e correlacionando-os com variáveis socioeconômicas;
- c) e propor estratégias de intervenção e políticas públicas que possam mitigar as desigualdades educacionais identificadas, promovendo uma formação docente de alta qualidade e acessível a todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica

A metodologia adotada nesta pesquisa é orientada pela abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (2014), destaca-se por sua capacidade de explorar e compreender fenômenos complexos e contextuais. Conforme apontado por Marconi e Lakatos (2005), esse tipo de investigação é particularmente útil para temas que envolvem experiências humanas e contextos sociais intrincados.

Assim, esta pesquisa busca analisar as desigualdades nos processos seletivos

para o ingresso no ensino superior no Brasil, bem como o uso do ENADE como ferramenta de avaliação da qualidade dos professores de Geografia, atentando-se às nuances e variações contextuais desses fenômenos.

A abordagem qualitativa é escolhida por sua eficácia em investigar fenômenos em profundidade e em contextos específicos. Merriam (2009) argumenta que tal abordagem é ideal para estudos que visam compreender processos e significados a partir da perspectiva dos participantes.

Dessa forma, torna-se possível explorar de maneira detalhada as percepções e experiências dos professores de Geografia e dos estudantes de licenciatura, gerando insights valiosos sobre as desigualdades educacionais e suas implicações.

A revisão de literatura cumpre um papel fundamental na construção da base teórica da pesquisa, oferecendo suporte conceitual e contextual para a análise dos dados. Foram consideradas publicações acadêmicas, relatórios oficiais e documentos governamentais relacionados à desigualdade educacional, aos processos seletivos e ao ENADE. Bowen (2009) destaca a importância da análise documental na pesquisa qualitativa, pois ela permite a triangulação e a validação dos achados com base em múltiplas fontes.

A análise documental é utilizada como técnica principal de coleta de dados. Ela compreende a revisão sistemática de documentos como relatórios do ENADE, políticas educacionais, diretrizes curriculares e publicações oficiais do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Essa estratégia, conforme defendido por Bowen (2009), permite acessar dados relevantes para compreender os contextos institucionais e as políticas que moldam a formação docente.

Os estudos de caso complementam a análise documental, possibilitando uma compreensão mais contextualizada e profunda das desigualdades educacionais e dos processos de formação docente.

Yin (2016) afirma que o estudo de caso é uma estratégia eficaz para investigar fenômenos inseridos em contextos reais. Serão examinados casos de instituições de ensino superior públicas e privadas, com o intuito de captar a diversidade de experiências e trajetórias.

A seleção dos documentos e dos casos analisados obedecerá a critérios de relevância frente aos objetivos da pesquisa e à representatividade dos diferentes contextos educacionais brasileiros. Merriam (2009) ressalta que a escolha criteriosa de fontes e casos é essencial para assegurar a validade e a pertinência dos dados obtidos.

A análise de conteúdo será empregada como técnica de interpretação dos dados documentais, fundamentada na proposta metodológica de Bardin (2011). Essa técnica permite a identificação de categorias temáticas, padrões e recorrências que contribuam para uma compreensão mais aprofundada dos fatores relacionados à desigualdade educacional e à qualidade da formação docente.

Para garantir a validade e a confiabilidade da pesquisa, serão adotadas estratégias como a revisão por pares e a verificação cruzada dos dados. Tais práticas, conforme Lincoln e Guba (1985), contribuem para aumentar a credibilidade da pesquisa qualitativa. A revisão por pares permitirá incorporar feedbacks relevantes, enquanto a triangulação de fontes auxiliará na confirmação dos achados.

A dimensão ética será rigorosamente observada ao longo de todo o processo investigativo, com ênfase na confidencialidade dos dados e na citação apropriada das fontes utilizadas. A pesquisa seguirá os princípios éticos estabelecidos pelas normas de ética em pesquisa, incluindo a obtenção de consentimento informado e a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Reconhece-se que a pesquisa qualitativa apresenta limitações, como a subjetividade na interpretação dos dados e a dificuldade de generalização dos

resultados. No entanto, essas limitações são compensadas pela profundidade e riqueza das informações geradas. A transparência metodológica e o rigor analítico são elementos fundamentais para mitigar tais fragilidades, conforme sugerem Yin (2016) e Merriam (2009).

A adoção dessa metodologia justifica-se pela necessidade de investigar com profundidade as barreiras e defasagens educacionais que afetam os processos seletivos e a formação de professores de Geografia. Creswell (2013) reforça que a abordagem qualitativa é indicada para pesquisas que buscam interpretar experiências e significados atribuídos pelos sujeitos em contextos educacionais complexos.

A análise interpretativa será utilizada como eixo condutor da discussão dos dados, com foco na compreensão dos significados, relações e implicações reveladas durante a análise documental e a revisão de literatura. Essa abordagem permite, segundo Merriam (2009), uma leitura aprofundada das conexões entre fatores estruturais, institucionais e individuais no contexto da formação docente.

Os resultados obtidos serão discutidos à luz dos principais referenciais teóricos da pesquisa, com destaque para os padrões, convergências e divergências encontrados, bem como para as implicações pedagógicas e políticas dos achados. A base documental e bibliográfica fornecerá subsídios para uma análise crítica e contextualizada das evidências.

Por fim, esta pesquisa pretende contribuir para a compreensão das desigualdades educacionais e de suas repercussões na formação dos professores de Geografia. Os resultados poderão subsidiar políticas públicas voltadas à equidade educacional e ao fortalecimento da qualidade da formação docente, impactando positivamente a prática pedagógica e a justiça social no contexto educacional brasileiro.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) desempenha um papel crucial na avaliação da qualidade do ensino superior no Brasil, especialmente na

formação de professores de Geografia. Este estudo visa explorar as diferentes dimensões que influenciam o desempenho desses professores no exame, com foco em aspectos como desigualdade educacional, limitações do ENADE como ferramenta avaliativa, defasagens educacionais e o impacto das condições socioeconômicas.

Entender como o ENADE reflete e é impactado por essas desigualdades é essencial para desenvolver estratégias eficazes que melhorem a formação docente e, conseqüentemente, a qualidade do ensino de Geografia no país.

O sistema educacional brasileiro é marcado por profundas desigualdades que afetam tanto o acesso quanto a qualidade do ensino oferecido. Essas disparidades se refletem nos resultados de avaliações nacionais, como o ENADE, que visa mensurar a qualidade dos cursos superiores e, conseqüentemente, dos futuros profissionais que deles se formam.

No campo da Geografia, essa avaliação adquire contornos específicos, dado o papel essencial que os professores desempenham na formação dos alunos e na construção do conhecimento geográfico (CATANI, 2006; VERHINE, DANTAS e SOARES, 2006).

A formação de professores de Geografia no Brasil enfrenta desafios significativos. Além das questões estruturais que permeiam o sistema educacional, há a necessidade de constante atualização e aperfeiçoamento profissional. O ENADE, ao avaliar as competências e habilidades desses futuros docentes, revela não apenas suas capacidades, mas também as carências e os desafios enfrentados ao longo de sua formação (REBOUÇAS et al., 2024; NUNES, 2016).

A questão central deste estudo é entender como o ENADE reflete e é impactado pelas desigualdades educacionais no Brasil, particularmente na formação de professores de Geografia. Como as condições socioeconômicas e a infraestrutura educacional influenciam o desempenho desses docentes no exame? Quais são as limitações e potencialidades do ENADE como ferramenta avaliativa?

O objetivo principal deste estudo é analisar criticamente o papel do ENADE na

avaliação da qualidade da formação de professores de Geografia, destacando suas limitações e potencialidades. Especificamente, busca-se avaliar as limitações do ENADE como indicador da qualidade educacional, considerando as críticas quanto à sua padronização e periodicidade; examinar as defasagens educacionais que influenciam o desempenho dos professores de Geografia no ENADE, desde a formação básica até o currículo dos cursos de licenciatura; e analisar a influência das condições socioeconômicas e da infraestrutura das instituições de ensino no desempenho dos professores no ENADE.

A Seção I busca discutir as críticas ao ENADE, destacando suas limitações na avaliação padronizada dos cursos e instituições. Segundo Catani (2006), uma das principais críticas ao ENADE é que ele avalia de forma padronizada, sem levar em conta as especificidades de cada curso e instituição. Verhine, Dantas e Soares (2006) argumentam que a periodicidade trienal do exame e a homogeneização dos critérios de avaliação podem não refletir adequadamente as realidades locais e as mudanças institucionais, limitando a eficácia do ENADE como ferramenta de melhoria contínua.

No entanto, conforme Judensnaider (2022), o exame possui potencialidades significativas, fornecendo um panorama abrangente do desempenho dos estudantes em nível nacional, o que é fundamental para identificar tendências e direcionar políticas públicas.

Na Seção II, são exploradas as defasagens educacionais que afetam os professores de Geografia, desde a formação básica até o ensino superior. Nunes (2016) destaca que muitos estudantes ingressam no ensino superior com lacunas significativas na formação básica, impactando sua performance no exame. Rebouças et al. (2024) apontam que os currículos de formação dos professores de Geografia muitas vezes não cobrem de forma adequada todos os conteúdos avaliados pelo ENADE, deixando os futuros professores em desvantagem. Jesus et al. (2023) argumentam que professores que atuam em contextos socioeconômicos desfavorecidos enfrentam mais dificuldades para participar de programas de formação continuada e atualização profissional, agravando as defasagens.

A Seção III busca destacar a desigualdade entre as instituições de ensino

superior é um tema central desta seção. Brandão (2024) e Andrade e Ribeiro (2024) discutem como a localização e os recursos disponíveis influenciam a capacidade das instituições de preparar seus alunos para o ENADE. Segundo Cruz (2016), instituições localizadas em regiões mais desenvolvidas do país conseguem preparar seus estudantes de forma mais eficaz, enquanto aquelas situadas em áreas menos favorecidas enfrentam desafios significativos. Oliveira (2019) aponta que a administração eficaz e o acesso a materiais didáticos de qualidade são diferenciais importantes que influenciam o desempenho dos alunos no exame.

SEÇÃO I: O ENADE

1.1. Histórico e Fundamentação do ENADE

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é uma avaliação aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

A criação do SINAES marcou um divisor de águas na história da educação superior brasileira, estabelecendo um sistema de avaliação mais amplo, contínuo e articulado em contraposição às práticas anteriores.

O SINAES foi concebido para superar o modelo limitado de avaliação até então vigente, buscando compreender de forma mais abrangente a qualidade dos cursos de graduação e das instituições de ensino superior. Composto por três componentes principais — Avaliação Institucional, Avaliação de Cursos de Graduação e Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE) — o sistema visa fornecer uma visão integral sobre a educação superior no país, combinando análise qualitativa e quantitativa.

O surgimento do ENADE, especificamente, deve ser entendido no contexto da necessidade de reformular a forma como o desempenho dos estudantes era aferido anteriormente. Antes da criação do ENADE, existia o Exame Nacional de Cursos, popularmente conhecido como "Provão", instituído em 1995 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

O Provão aplicava provas padronizadas apenas aos concluintes de determinados cursos, tendo como objetivo principal gerar rankings públicos de desempenho das instituições. Embora tenha representado um esforço inicial de avaliação, o Provão era criticado por seu caráter reducionista, por estimular práticas de ensino voltadas exclusivamente para a preparação do exame e por negligenciar a diversidade de projetos pedagógicos existentes nas instituições de ensino superior.

Nesse sentido, o ENADE surgiu como uma tentativa de superar essas limitações, incorporando a avaliação tanto de estudantes ingressantes quanto concluintes, e considerando também instrumentos complementares, como os questionários socioeconômicos e de avaliação do curso. Essa mudança representou uma evolução no paradigma avaliativo, na medida em que buscou capturar não apenas o resultado da formação, mas também aspectos do processo educacional, das condições de oferta e do perfil acadêmico dos estudantes.

1.2. Estrutura e Metodologia do Exame

De acordo com Honorato e Heringer (2015), a formação geral aborda conhecimentos que todos os universitários deveriam possuir, independentemente da área de estudo, enquanto a formação específica se concentra nas competências e habilidades diretamente relacionadas ao curso de graduação em questão. Dessa forma, o ENADE busca avaliar de maneira holística o nível de conhecimento adquirido pelos estudantes ao longo de sua formação.

A periodicidade do ENADE é definida por um ciclo avaliativo trienal, no qual cada área de conhecimento é avaliada a cada três anos, o que permite que o INEP colete dados atualizados e relevantes sobre o desempenho dos estudantes em diferentes momentos de sua formação acadêmica, possibilitando uma análise contínua e dinâmica da educação superior no Brasil (ENADE, 2022).

Para a realização do ENADE, são convocados estudantes ingressantes e concluintes dos cursos selecionados para aquele ciclo avaliativo. Os estudantes ingressantes fornecem um ponto de partida para medir a evolução do aprendizado ao longo do curso, enquanto os concluintes demonstram os resultados da formação recebida (ENADE, 2022).

A estrutura do ENADE inclui questões de múltipla escolha e dissertativas, que abrangem tanto a formação geral quanto a específica. A parte de formação geral é composta por questões interdisciplinares que avaliam a capacidade de raciocínio lógico, análise crítica e compreensão de temas contemporâneos relevantes. Já a parte

de formação específica testa o domínio dos conhecimentos e habilidades inerentes ao curso de graduação (ENADE, 2022).

A estrutura do ENADE é composta por três instrumentos distintos e complementares: a prova de formação geral, a prova de componente específico e o questionário socioeconômico. Cada um desses elementos possui objetivos próprios e contribui de maneira integrada para a avaliação do desempenho dos estudantes e a análise da qualidade dos cursos de graduação no Brasil.

A parte de formação geral tem como objetivo avaliar habilidades e competências que extrapolam o domínio técnico das áreas específicas de formação, enfatizando aspectos relacionados à formação cidadã e ao pensamento crítico. As questões dessa parte, comuns a todos os cursos, abordam temas contemporâneos de relevância social, como direitos humanos, sustentabilidade, responsabilidade social, ética profissional, diversidade cultural e questões políticas e econômicas atuais.

Dessa forma, busca-se medir a capacidade dos estudantes de articular conhecimentos interdisciplinares e interpretar criticamente a realidade, refletindo sobre seu papel enquanto agentes sociais.

O questionário socioeconômico aplicado junto ao ENADE coleta informações sobre o perfil dos estudantes, como renda familiar, escolaridade dos pais, acesso a equipamentos de estudo (livros, computador, internet), tempo de deslocamento até a instituição de ensino, tipo de escola cursada no ensino médio (pública ou privada), entre outros dados.

Esses elementos são fundamentais para contextualizar o desempenho acadêmico, permitindo análises mais justas que levem em conta as condições objetivas de vida e estudo dos alunos. Idealmente, esses dados também deveriam subsidiar políticas públicas voltadas à redução das desigualdades de acesso e permanência no ensino superior.

O componente específico, por sua vez, é elaborado a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de cada curso de graduação. As questões são

elaboradas por comissões de especialistas da área, respeitando as competências e habilidades que se espera que os estudantes tenham desenvolvido ao longo da formação. O objetivo dessa parte é aferir o domínio dos conteúdos técnicos, teóricos e metodológicos essenciais ao exercício profissional na área específica.

A construção das provas leva em consideração a diversidade de enfoques pedagógicos existentes entre as instituições, mas mantém um núcleo de conhecimentos mínimos obrigatórios para todos os cursos avaliados.

1.3. Aplicação e Organização Logística do ENADE

Segundo informações do INEP (2022), a aplicação do ENADE é coordenada pelo próprio instituto, que estabelece as diretrizes e os critérios para a elaboração das provas, assegurando que elas sejam representativas e relevantes para os objetivos da avaliação. Além disso, o INEP garante a logística e a infraestrutura necessárias para a realização do exame em todo o território nacional, mobilizando uma grande quantidade de recursos e pessoal.

A parte de formação geral inclui questões que avaliam habilidades como raciocínio lógico, interpretação de textos e compreensão de questões contemporâneas, sendo comuns a todos os estudantes, independentemente de seu curso. Já a parte de formação específica foca nas competências e conhecimentos inerentes ao curso de graduação do estudante, contendo questões elaboradas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para cada área de estudo (ENADE, 2022).

Segundo Simm (2015), os estudantes convocados para participar do ENADE são selecionados em dois momentos distintos de sua formação acadêmica: no início (ingressantes) e no final (concluintes) do curso de graduação. Os ingressantes são avaliados para fornecer uma linha de base do conhecimento com o qual iniciam seus estudos superiores. Já os concluintes são avaliados para verificar o quanto evoluíram e se adquiriram as competências e habilidades esperadas ao final do curso.

Ainda conforme Simm (2015), o INEP coordena a elaboração das provas, que são construídas por comissões de especialistas em cada área de conhecimento. Essas

provas são aplicadas simultaneamente em todo o território nacional, geralmente em um único dia, garantindo a padronização e a equidade do exame. Após a aplicação, as respostas são coletadas e analisadas, e os resultados são divulgados posteriormente, fornecendo dados essenciais para a avaliação da qualidade dos cursos e das instituições de ensino superior.

O ENADE avalia instituições públicas e privadas de ensino superior de maneira uniforme, aplicando a mesma metodologia e os mesmos critérios de avaliação para ambas. Isso garante que o exame forneça uma base comparativa justa entre diferentes instituições de ensino superior no Brasil. A avaliação é realizada por meio do já mencionado ciclo trienal, permitindo uma análise contínua e abrangente.

Nunes (2016) explica que a aplicação do exame é padronizada em todas as instituições participantes. No dia do ENADE, os estudantes de escolas públicas e privadas respondem às mesmas questões nas mesmas condições, o que elimina possíveis variáveis externas que poderiam influenciar os resultados.

Quanto aos métodos organizacionais adotados, Nunes (2016) acrescenta que após a aplicação das provas, as respostas são coletadas e analisadas de maneira centralizada pelo INEP. As instituições não têm acesso prévio às questões, o que impede qualquer preparação direcionada que possa comprometer a validade da avaliação.

Os resultados do ENADE são divulgados publicamente, o que proporciona transparência e permite que tanto o governo quanto as próprias instituições e a sociedade civil analisem o desempenho das instituições de ensino superior. Esses resultados são apresentados em relatórios detalhados, que incluem não apenas as notas, mas também análises por área de conhecimento e comparações entre diferentes tipos de instituições (Simm, 2015).

Uma vez publicados, esses resultados passam a integrar os indicadores institucionais do SINAES, podendo influenciar o conceito das instituições no Exame Nacional de Cursos (ENC), também conhecido como "Provão", o que afeta diretamente a credibilidade e a atratividade das instituições perante a sociedade (ENADE, 2022).

1.4. Indicadores Derivados: CPC e IGC

Além da avaliação direta do desempenho dos estudantes, o ENADE gera insumos para a formulação de indicadores institucionais que impactam diretamente a credibilidade, o reconhecimento e a renovação dos cursos de graduação. Dois dos principais indicadores derivados do ENADE são o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), que oferecem uma visão integrada da qualidade dos cursos e das instituições de ensino superior no Brasil.

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é um indicador que combina múltiplas variáveis para formar uma nota atribuída a cada curso avaliado. A composição do CPC inclui o desempenho dos estudantes no ENADE, a infraestrutura disponível para o curso, a titulação e o regime de trabalho dos docentes, e os resultados do questionário socioeconômico respondido pelos estudantes. Dessa maneira, o CPC busca ir além do simples desempenho acadêmico, integrando aspectos qualitativos e quantitativos que refletem a qualidade da formação oferecida.

O cálculo do CPC segue uma fórmula ponderada, em que o desempenho no ENADE representa aproximadamente 55% da nota final, enquanto fatores como a infraestrutura e o corpo docente representam 15% e 30%, respectivamente. Essa ponderação visa equilibrar a análise de resultados de aprendizagem com as condições institucionais que favorecem ou dificultam o sucesso acadêmico dos estudantes. O CPC é divulgado anualmente para os cursos que participaram do ciclo avaliativo, e sua nota varia de 1 a 5, sendo que cursos com conceito 1 ou 2 podem sofrer processos de supervisão e eventual intervenção do Ministério da Educação (MEC).

O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) é outro indicador importante que sintetiza a qualidade acadêmica da instituição como um todo. Ele considera a média ponderada dos CPCs dos cursos avaliados, o desempenho dos programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), e o número de estudantes matriculados na graduação e pós-graduação. O IGC também varia de 1 a 5, e é calculado anualmente pelo INEP, oferecendo uma visão global da qualidade institucional.

Tanto o CPC quanto o IGC são utilizados como critérios objetivos nos processos regulatórios conduzidos pelo MEC, como reconhecimento, renovação de reconhecimento e autorização de cursos de graduação. Cursos que obtêm conceitos insatisfatórios em avaliações consecutivas podem ter seu reconhecimento negado ou ser obrigados a apresentar planos de melhoria. Por outro lado, cursos com conceitos elevados são valorizados no mercado educacional, fortalecendo a imagem da instituição perante a sociedade.

As notas obtidas no CPC e no IGC influenciam diretamente não apenas a reputação das instituições, mas também sua capacidade de expandir a oferta de vagas, abrir novos cursos e manter programas de financiamento estudantil, como o FIES e o ProUni. Instituições com conceitos baixos podem sofrer restrições regulatórias, enquanto aquelas com conceitos altos são frequentemente beneficiadas com maior autonomia acadêmica e administrativa.

Apesar da importância desses indicadores para a gestão e a regulação da educação superior, críticas são recorrentes quanto ao risco de indução a práticas pedagógicas voltadas exclusivamente para a melhoria de desempenho nos exames. Há também questionamentos sobre a capacidade dos indicadores em captar integralmente a complexidade da formação acadêmica e a diversidade de projetos pedagógicos das instituições brasileiras.

1.5. O ENADE na Política Pública de Avaliação e Accountability

O ENADE deve ser compreendido como parte de um movimento mais amplo de políticas públicas voltadas para a lógica da accountability na educação superior. A accountability, entendida como a responsabilização institucional pelo desempenho dos estudantes, introduz mecanismos de avaliação que vinculam o desempenho acadêmico a processos de regulação, reconhecimento e financiamento dos cursos. Nesse contexto, o ENADE funciona como um instrumento de cobrança de resultados objetivos, reforçando a necessidade de que instituições e cursos demonstrem, através de indicadores quantitativos, a eficácia de suas práticas pedagógicas.

Essa lógica de cobrança por resultados transforma o exame em mais do que uma ferramenta diagnóstica: ele se torna um mecanismo regulatório que impacta diretamente a sobrevivência e a expansão das instituições de ensino superior. A obrigatoriedade de demonstrar bom desempenho em avaliações externas passa a influenciar não apenas práticas pedagógicas, mas também decisões administrativas, curriculares e de gestão de recursos humanos, gerando mudanças institucionais muitas vezes orientadas mais pela necessidade de atingir boas notas do que por projetos de formação ampla e crítica dos estudantes.

Em última instância, a inserção do ENADE dentro da política pública de avaliação educacional reflete uma tendência de gerenciamento da educação por meio de instrumentos de mensuração de resultados. Embora a avaliação seja necessária para garantir padrões de qualidade, a centralidade excessiva atribuída às métricas quantitativas pode desvirtuar a função educativa da universidade, promovendo uma visão tecnocrática da formação acadêmica que ignora a diversidade, a criatividade e a formação crítica como dimensões fundamentais do ensino superior.

1.6. Críticas à Efetividade e Equidade do ENADE

Embora o ENADE tenha como objetivo declarado promover a melhoria da qualidade da educação superior, na prática ele também impulsiona uma cultura de ranqueamento entre as instituições.

A divulgação pública dos conceitos obtidos pelos cursos e instituições gera uma disputa por melhores colocações nos rankings educacionais, o que pode deslocar o foco das ações pedagógicas para estratégias meramente voltadas à maximização de resultados nos exames. Dessa forma, a política de avaliação pode acabar incentivando práticas de ensino instrumentalizadas, em detrimento de processos formativos mais complexos e contextualizados.

Diversos estudos acadêmicos apontam que o desempenho dos estudantes no ENADE é fortemente influenciado por fatores socioeconômicos, o que levanta questionamentos sobre a real capacidade do exame em mensurar exclusivamente a qualidade dos cursos de graduação. O ENADE, ao avaliar alunos que apresentam

realidades socioeconômicas extremamente distintas, acaba refletindo, muitas vezes, mais as condições materiais e culturais de acesso ao ensino do que a efetividade dos projetos pedagógicos das instituições.

Essa situação gera um problema de equidade, visto que cursos localizados em regiões mais vulneráveis socioeconomicamente tendem a apresentar médias mais baixas no exame, independentemente dos esforços institucionais. O ENADE, ao utilizar critérios padronizados, penaliza instituições que atendem populações historicamente marginalizadas, desconsiderando o ponto de partida desigual dos estudantes e a contribuição social dessas instituições para o acesso e a democratização do ensino superior.

Essa lógica também pode induzir práticas institucionais indesejáveis, como a preparação direcionada apenas para o exame, em detrimento de uma formação ampla e crítica dos estudantes. A padronização excessiva pode comprometer a liberdade pedagógica das instituições e desestimular projetos curriculares inovadores que privilegiem a formação integral e cidadã.

Além disso, existem críticas metodológicas relevantes quanto ao modelo de um único exame aplicado nacionalmente para mensurar a qualidade acadêmica. A complexidade da formação universitária, que envolve aspectos cognitivos, sociais, afetivos e éticos, não pode ser plenamente capturada por uma prova pontual.

Dessa forma, o ENADE corre o risco de reduzir a avaliação educacional a uma perspectiva simplificada, focada apenas em resultados imediatos e em competências cognitivas específicas, desconsiderando o processo formativo como um todo.

1.7. Impactos Institucionais e Possibilidades de Melhoria

Os dados extraídos do ENADE têm impacto significativo sobre a organização dos cursos superiores, incentivando as instituições a reverem suas práticas pedagógicas e a promoverem ações de melhoria com base nos pontos fracos identificados.

Em termos de governança institucional, Simm (2015) observa que o ENADE pode fomentar uma cultura de autoavaliação e melhoria contínua, a partir da criação de comissões internas que acompanham os resultados e propõem ajustes curriculares e metodológicos de forma sistemática.

1.8. O ENADE das Licenciaturas e a Avaliação da Formação Docente

A edição de 2024 do ENADE trouxe uma inovação importante voltada exclusivamente para os cursos de licenciatura. O chamado ENADE das Licenciaturas foi desenvolvido com o objetivo de aprofundar a análise da formação docente, ampliando o escopo da avaliação para além dos conhecimentos teóricos. A proposta incorpora também aspectos da prática pedagógica, reconhecendo a centralidade do estágio supervisionado na formação dos futuros professores.

Uma das principais novidades dessa edição é a criação da Avaliação da Prática (AP), aplicada de forma complementar à prova tradicional. Essa avaliação busca compreender como os estudantes em formação docente aplicam os conhecimentos adquiridos em situações reais de ensino, especialmente durante a regência de classe na Educação Básica. Tal medida reforça a importância de uma formação que articule teoria e prática, elemento essencial para o exercício da docência.

A estrutura da prova também foi adaptada: a parte de formação geral docente é comum a todas as licenciaturas e avalia aspectos como ética, cidadania, leitura crítica e raciocínio lógico; já a parte específica considera os conhecimentos pedagógicos e disciplinares próprios de cada curso de licenciatura. Essa reconfiguração torna o exame mais aderente às demandas da formação de professores e fortalece sua função como instrumento de diagnóstico e aprimoramento dos cursos.

Por ser uma iniciativa recente, os resultados e impactos do ENADE das Licenciaturas ainda estão em fase inicial de consolidação. No entanto, a expectativa é de que, ao longo do tempo, ele forneça subsídios valiosos para pesquisas e formulações de políticas públicas voltadas à melhoria da formação docente no Brasil.

1.9. A Formação de Professores de Geografia no ENADE

O ENADE, especialmente após as recentes adaptações voltadas para os cursos de licenciatura, passou a desempenhar um papel ainda mais relevante na avaliação da formação de professores no Brasil.

A estrutura específica destinada às licenciaturas busca aferir não apenas o domínio de conteúdos acadêmicos e pedagógicos, mas também a capacidade dos futuros docentes de articular teoria e prática no contexto educacional real.

Essa ênfase reflete uma preocupação crescente com a qualidade da formação inicial de professores, reconhecendo sua centralidade para a melhoria da educação básica nacional.

Para os cursos de licenciatura em Geografia, em particular, o ENADE representa uma oportunidade de diagnosticar tanto as competências conceituais quanto as competências didáticas dos futuros professores.

O exame avalia a capacidade de análise crítica dos processos espaciais, socioeconômicos e ambientais, além de verificar o domínio dos fundamentos pedagógicos necessários à prática de ensino.

No entanto, o desempenho dos estudantes de licenciatura em Geografia no ENADE também evidencia os desafios estruturais enfrentados na formação docente, como a fragmentação curricular, a carência de estágio supervisionado de qualidade e as dificuldades em integrar práticas de ensino significativas com a sólida formação científica.

Esses desafios se tornam ainda mais evidentes ao se considerar as condições heterogêneas das instituições formadoras e o contexto socioeconômico dos estudantes.

Muitos cursos de licenciatura em Geografia, sobretudo aqueles ofertados em instituições públicas do interior ou em universidades comunitárias, enfrentam limitações

de infraestrutura, baixos índices de financiamento e um perfil discente marcado por trajetórias escolares precarizadas.

Essas condições impactam diretamente no desempenho observado no ENADE, reforçando a necessidade de políticas públicas que valorizem e fortaleçam a formação inicial de professores.

Portanto, o ENADE, ao refletir o desempenho dos estudantes de licenciatura, atua como um termômetro das condições efetivas da formação docente no Brasil. Embora seja um instrumento importante para promover o debate sobre a qualidade da formação de professores, seus resultados devem ser analisados com cautela, levando em conta as desigualdades regionais, institucionais e socioeconômicas que moldam a trajetória dos estudantes avaliados.

Compreender o ENADE em toda a sua complexidade é essencial para interpretar seus impactos não apenas sobre os cursos de graduação de forma geral, mas, especialmente, sobre a formação de professores, que desempenha papel estratégico no desenvolvimento educacional do país.

A avaliação dos estudantes de licenciatura revela tanto os avanços quanto as limitações das políticas de formação docente, evidenciando o quanto a qualidade da educação superior está entrelaçada às condições sociais mais amplas.

A partir desta análise, faz-se necessário avançar na reflexão sobre como as desigualdades socioeconômicas interferem no acesso e no percurso dos estudantes no ensino superior brasileiro, tema que será abordado na próxima seção.

Seção II: Desigualdade nos Processos Seletivos do Ensino Superior no Brasil

Na Seção II, serão abordadas questões cruciais relacionadas à desigualdade no acesso e na qualidade do ensino superior no Brasil, com foco particular nos cursos de licenciatura e no papel do ENADE na avaliação da educação superior. Primeiramente, será discutido o acesso desigual ao ensino superior, destacando as barreiras econômicas e sociais que dificultam a entrada de estudantes de baixa renda e de grupos socialmente desfavorecidos nas instituições de ensino superior.

Em seguida, será examinado como as defasagens educacionais acumuladas durante a educação básica afetam os estudantes ao ingressarem em cursos de licenciatura, essas deficiências iniciais comprometem o desempenho acadêmico dos alunos e suas perspectivas de carreira, evidenciando a necessidade de intervenções educativas mais eficazes e de suporte adicional para esses estudantes.

A subseção seguinte focará no ENADE como uma ferramenta essencial para a avaliação da qualidade dos professores no Brasil, serão discutidos os métodos utilizados pelo exame para medir o desempenho docente e como esses resultados são aplicados para avaliar e aprimorar a qualidade do ensino nas instituições superiores. Além disso, será discutido como o ENADE pode identificar as defasagens na formação dos professores de Geografia, os resultados do exame revelam lacunas no conhecimento e nas habilidades desses docentes.

A subsequente discussão abordará as desigualdades nos resultados do ENADE, que refletem as disparidades educacionais entre diferentes instituições e grupos de estudantes. Serão examinados os fatores socioeconômicos e a qualidade da educação básica que influenciam o desempenho dos alunos no exame, destacando como essas variáveis perpetuam a desigualdade no ensino superior.

Em seguida, será explorado o papel da licenciatura como uma alternativa viável para estudantes de baixa renda que não têm acesso a cursos mais concorridos. A licenciatura, frequentemente vista como uma porta de entrada acessível ao ensino superior, apresenta tanto vantagens quanto desafios.

Por fim, a seção examinará as políticas públicas que podem ser implementadas para reduzir as desigualdades no acesso e na qualidade do ensino superior. Serão analisadas iniciativas governamentais e institucionais que visam promover a inclusão e a equidade na educação superior, proporcionando oportunidades iguais para todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica.

2.1 Acesso desigual ao ensino superior: barreiras econômicas e sociais

O acesso ao ensino superior no Brasil é marcado por profundas desigualdades econômicas e sociais que limitam significativamente as oportunidades de muitos jovens. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 18,1% dos brasileiros entre 18 e 24 anos estavam matriculados no ensino superior em 2019, um percentual que demonstra a exclusão de uma grande parcela da juventude do país (IBGE, 2020).

As barreiras econômicas são um dos principais obstáculos para o ingresso no ensino superior, o custo das mensalidades em instituições privadas, que muitas vezes ultrapassa a renda familiar de estudantes de baixa renda, impede o acesso de muitos jovens à educação superior. De acordo com o Mapa do Ensino Superior no Brasil 2022, o valor médio das mensalidades nas instituições privadas varia de R\$ 500 a R\$ 2.000, dependendo do curso e da localização da instituição (SEMESP, 2022).

Além das mensalidades, outros custos relacionados ao ensino superior, como material didático, transporte e alimentação, também representam um grande desafio, para muitos estudantes, especialmente aqueles que residem em áreas rurais ou periferias urbanas, esses custos adicionais tornam-se insustentáveis (JESUS et al., 2023).

A disparidade econômica é ainda mais evidente quando se observa a distribuição das vagas em instituições públicas e privadas, enquanto as instituições públicas, que oferecem educação gratuita, têm um número limitado de vagas, a maior parte das vagas está concentrada nas instituições privadas. Em 2021, cerca de 75% das matrículas no ensino superior foram em instituições privadas, enquanto apenas 25% estavam em instituições públicas (INEP, 2022).

A distribuição desigual de vagas é agravada pela competição acirrada nas provas de vestibular e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Estudantes de escolas públicas, muitas vezes, enfrentam desvantagens significativas em relação aos seus colegas de escolas privadas, que têm acesso a uma preparação mais robusta e recursos educacionais superiores.

De acordo com dados do INEP, em 2021, apenas 36% dos alunos de escolas públicas conseguiram aprovação no ENEM para cursos de alta demanda, como medicina e engenharia, enquanto 64% das vagas foram ocupadas por alunos de escolas privadas (INEP, 2022).

As barreiras sociais também desempenham um papel crucial na desigualdade de acesso ao ensino superior. A discriminação racial e de gênero, bem como a falta de representatividade, afetam negativamente as chances de muitos jovens ingressarem na universidade. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), jovens negros e pardos têm menos chances de ingressar no ensino superior em comparação aos jovens brancos, refletindo as desigualdades históricas e estruturais existentes no país (IBGE, 2020).

A ausência de políticas de inclusão efetivas agrava ainda mais essas desigualdades. Embora existam programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que visam aumentar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior, a cobertura ainda é insuficiente. Em 2020, apenas cerca de 30% dos estudantes de baixa renda conseguiram bolsas ou financiamento pelo ProUni e FIES, deixando muitos outros sem apoio financeiro (MEC, 2021).

A tabela 3 abaixo ilustra a distribuição de estudantes no ensino superior, segmentada por tipo de instituição e renda familiar:

Tabela 3 - Distribuição de Estudantes no ensino superior

Tipo de Instituição	Renda Familiar (Salários Mínimos)	Percentual de Estudantes (%)
Instituições Públicas	Até 2	20
Instituições Públicas	2 a 5	30
Instituições Públicas	Mais de 5	50
Instituições Privadas	Até 2	10
Instituições Privadas	2 a 5	20
Instituições Privadas	Mais de 5	70

Fonte: INEP (2022)

Outro aspecto crítico segundo Marteleto (2016) é a falta de investimento em infraestrutura e recursos nas escolas públicas, que compromete a qualidade da educação básica e, conseqüentemente, o preparo dos estudantes para o ensino superior. Em conformidade Picanço (2015) aponta que as escolas públicas em áreas periféricas e rurais frequentemente enfrentam carências em recursos básicos, como livros didáticos atualizados, laboratórios de ciências equipados e acesso à internet.

Além disso, Farage (2021) destaca que a orientação profissional inadequada e a falta de informações sobre as possibilidades de ingresso e financiamento no ensino superior contribuem para a perpetuação das desigualdades. Muitos estudantes de baixa renda não têm acesso a informações adequadas sobre os programas de bolsa e financiamento, bem como sobre as diferentes opções de cursos e instituições, o que limita suas possibilidades de escolha (JESUS et al., 2023).

A tabela 4 a seguir apresenta uma comparação entre os índices de aprovação no ENEM de estudantes de escolas públicas e privadas:

Tabela 4 - Comparativo entre o índice de aprovação no ENEM das escolas privadas e públicas

Tipo de Escola	Índice de Aprovação no ENEM (%)
Escolas Públicas	36
Escolas Privadas	64

Fonte: INEP (2022).

A situação é exacerbada pela baixa taxa de conclusão do ensino médio entre jovens de baixa renda. Segundo dados do IBGE, em 2020, apenas 62% dos jovens entre 18 e 24 anos haviam concluído o ensino médio, um percentual que é significativamente menor entre os jovens de famílias de baixa renda (IBGE, 2021). A conclusão do ensino médio é um pré-requisito essencial para o ingresso no ensino superior, e a baixa taxa de conclusão entre esses jovens impede que muitos tenham a oportunidade de continuar seus estudos.

Outro ponto importante a ser considerado é a concentração de instituições de ensino superior nas grandes cidades, para Jesus et al. (2023) o que dificulta o acesso para estudantes de regiões mais afastadas. A descentralização do ensino superior, com a criação de campi e cursos em cidades do interior e regiões menos desenvolvidas, é uma estratégia que pode contribuir para a redução das desigualdades de acesso.

Investir na melhoria da qualidade da educação básica, ampliar o acesso a programas de bolsas e financiamento, e desenvolver políticas de inclusão que considerem as diversas dimensões da desigualdade são passos fundamentais para promover um acesso mais equitativo ao ensino superior no Brasil (JESUS et al., 2023).

2.2 Impacto das defasagens educacionais no ingresso em cursos de licenciatura

O ingresso em cursos de licenciatura no Brasil é significativamente afetado pelas defasagens educacionais acumuladas ao longo da educação básica, essas defasagens são refletidas na preparação insuficiente dos estudantes para enfrentar os desafios acadêmicos do ensino superior, resultando em taxas de retenção e evasão elevadas.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a taxa de conclusão dos cursos de licenciatura é inferior à de outros cursos superiores, evidenciando os impactos das deficiências educacionais na formação dos futuros professores (INEP, 2022).

A qualidade do ensino fundamental e médio desempenha um papel crucial na preparação dos estudantes para o ensino superior, estudantes que frequentam escolas públicas em áreas de baixa renda frequentemente enfrentam desafios significativos, como falta de recursos didáticos, infraestrutura inadequada e altas taxas de rotatividade de professores (CENSO ESCOLAR, 2020).

Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) indicam que uma grande parcela dos estudantes brasileiros do ensino médio apresenta níveis insuficientes de proficiência nessas disciplinas. Em 2019, apenas 9,1% dos estudantes do terceiro ano do ensino médio atingiram níveis adequados em matemática, enquanto 28,6% atingiram esses níveis em língua portuguesa (INEP, 2020).

A disparidade de desempenho entre alunos de escolas públicas e privadas é evidente. No ENEM de 2019, a média das notas dos estudantes de escolas privadas foi 35% superior à dos alunos de escolas públicas, refletindo a desigualdade no preparo educacional (INEP, 2020).

. Em muitas escolas públicas, especialmente em regiões rurais e periféricas, há uma escassez de professores licenciados, o que resulta em aulas ministradas por profissionais sem formação específica na área de ensino, essa realidade afeta negativamente a qualidade da educação básica e, conseqüentemente, a preparação dos alunos para o ensino superior (CENSO ESCOLAR, 2020).

Outro fator relevante é a falta de apoio extracurricular e programas de reforço escolar. Em muitas escolas públicas, os alunos não têm acesso a atividades que possam complementar seu aprendizado e ajudá-los a superar suas dificuldades acadêmicas. Programas de tutoria, aulas de reforço e atividades extracurriculares são escassos, limitando as oportunidades de recuperação e aprimoramento dos conhecimentos dos alunos (MEC, 2021).

Além disso, as defasagens educacionais impactam a autoconfiança e a motivação dos estudantes, pois muitos alunos de escolas públicas sentem-se desmotivados e desvalorizados, o que afeta seu desempenho acadêmico e suas expectativas em relação ao futuro. A falta de suporte emocional e psicológico nas

escolas contribui para o aumento das taxas de evasão e repetência, dificultando ainda mais o ingresso e a permanência no ensino superior (OCDE, 2018).

Nos cursos de licenciatura, que exigem um bom domínio de conteúdos específicos e habilidades pedagógicas, essas defasagens tornam-se ainda mais evidentes, muitos alunos ingressam nas licenciaturas sem o conhecimento básico necessário, o que afeta seu desempenho acadêmico e sua capacidade de acompanhar o ritmo das aulas (INEP, 2020).

Embora programas como o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Residência Pedagógica tenham sido implementados para melhorar a formação dos professores, eles ainda não alcançam todos os estudantes que necessitam de apoio, a cobertura limitada e a falta de recursos adequados comprometem a eficácia desses programas (MEC, 2021).

Para enfrentar essas defasagens, é essencial investir na melhoria da educação básica. Isso inclui a valorização dos professores, com melhores salários e condições de trabalho, além de programas de formação continuada, investimentos em infraestrutura escolar, como laboratórios, bibliotecas e acesso à internet, também são fundamentais para proporcionar um ambiente de aprendizado adequado (BANCO MUNDIAL, 2018).

A implementação de políticas de apoio estudantil, como bolsas de estudo e programas de tutoria, pode ajudar a reduzir as defasagens educacionais pois esses programas podem fornecer aos alunos o suporte necessário para superar suas dificuldades e melhorar seu desempenho acadêmico. Além disso, é importante que as universidades ofereçam programas de nivelamento para os ingressantes, a fim de prepará-los adequadamente para os desafios do ensino superior (INEP, 2020).

Estudantes que ingressam em cursos de licenciatura com uma formação básica deficiente enfrentam dificuldades para adquirir as habilidades e conhecimentos necessários para ensinar com eficácia. Isso perpetua um ciclo de baixa qualidade educacional, onde professores mal preparados formam novos alunos que, por sua vez, terão dificuldades em sua trajetória acadêmica (OCDE, 2018).

A tabela 6 a seguir ilustra a discrepância nas taxas de proficiência em língua portuguesa e matemática entre estudantes de escolas públicas e privadas:

Tabela 6 - Diferenças nas taxas de proficiência nas disciplinas base da educação

Disciplina	Escolas Públicas (%)	Escolas Privadas (%)
Língua Portuguesa	28,6	58,7
Matemática	9,1	40,1

Fonte: INEP (2020)

Os currículos devem incluir componentes que ajudem os alunos a superar suas deficiências e desenvolver as habilidades necessárias para se tornarem professores eficazes, métodos de ensino inovadores e recursos didáticos modernos podem facilitar esse processo (INEP, 2020).

Além disso, é importante que as instituições de ensino superior criem um ambiente acolhedor e inclusivo para os estudantes de licenciatura o que inclui a disponibilização de serviços de apoio psicológico e acadêmico, que podem ajudar os alunos a lidar com as pressões e desafios do ensino superior, a inclusão de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a igualdade também é fundamental (MEC, 2021).

A formação inicial dos professores deve ser complementada por programas de formação continuada, que permitam o aprimoramento constante das habilidades e conhecimentos dos docentes, a atualização permanente é essencial para que os professores possam oferecer uma educação de qualidade e lidar com as demandas de um mundo em constante mudança (BANCO MUNDIAL, 2018).

Políticas de inclusão social, como a ampliação do acesso a serviços de saúde e assistência social, podem contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, um ambiente social mais estável e saudável favorece o aprendizado e a permanência dos alunos na escola (OCDE, 2018).

2.3 ENADE como ferramenta de avaliação da qualidade docente

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é uma avaliação desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) com o objetivo de mensurar a qualidade dos cursos de graduação no Brasil.

O ENADE é parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem como finalidade garantir a melhoria contínua do ensino superior no país. Desde sua implementação em 2004, o ENADE tem sido uma ferramenta crucial para avaliar a formação dos estudantes e, indiretamente, a qualidade dos docentes responsáveis por essa formação (INEP, 2022).

O processo de avaliação do ENADE envolve a aplicação de provas aos concluintes de cursos de graduação, abordando tanto conteúdos específicos de cada área de conhecimento quanto competências gerais.

A partir dos resultados do exame, é possível identificar as competências e habilidades adquiridas pelos estudantes ao longo de sua formação, bem como as defasagens existentes no processo educativo. Esses dados são essenciais para avaliar a eficácia dos professores em transmitir o conhecimento necessário e desenvolver as habilidades pertinentes em seus alunos (MEC, 2021).

De acordo com Nunes (2016) através dos resultados do ENADE, é possível comparar o desempenho dos alunos de diferentes instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas, essa comparação é fundamental para identificar disparidades na qualidade do ensino oferecido e, conseqüentemente, na atuação dos docentes. O desempenho dos estudantes no ENADE reflete, em grande parte, a qualidade do ensino que receberam, permitindo uma análise crítica das práticas pedagógicas adotadas

Os dados gerados pelo ENADE são utilizados para compor o Conceito Preliminar de Curso (CPC), que é um dos indicadores de qualidade da educação superior no Brasil, o CPC considera, além do desempenho dos estudantes no ENADE,

outros fatores como a infraestrutura da instituição, o corpo docente e o desempenho dos alunos durante o curso, dessa forma, o ENADE contribui diretamente para a formulação de políticas educacionais e para a tomada de decisões administrativas nas instituições de ensino superior (INEP, 2022).

A análise dos resultados do ENADE permite identificar pontos fortes e fracos na formação dos estudantes, o que é essencial para o desenvolvimento de estratégias de melhoria contínua. Para Simm (2015), ao observar que alunos de uma determinada instituição apresentam dificuldades em áreas específicas, os gestores educacionais podem implementar ações para reforçar esses conteúdos, seja por meio de capacitação docente, revisão curricular ou implementação de atividades complementares.

A avaliação dos cursos de licenciatura, que formam os futuros professores do Brasil, é crucial para garantir que esses profissionais estejam bem preparados para atuar na educação básica, os resultados do ENADE podem revelar deficiências na formação inicial dos professores, indicando áreas que necessitam de atenção especial e melhorias (INEP, 2022).

Para Jesus et al. (2023) os desafios enfrentados pelos estudantes de licenciatura em regiões menos favorecidas são particularmente acentuados, nesse contexto os alunos, muitas vezes, ingressam no ensino superior com deficiências significativas em sua formação básica, o que impacta seu desempenho acadêmico e, conseqüentemente, os resultados no ENADE.

A tabela 7 a seguir ilustra a diferença média no desempenho do ENADE entre estudantes de instituições públicas e privadas em cursos de licenciatura:

Tabela 7 - Diferenças médias na diferença do desempenho do ENADE entre a rede privada e a rede pública de ensino

Tipo de Instituição	Média de Desempenho no ENADE
Pública	3,4
Privada	2,9

Fonte: INEP (2022)

Instituições que apresentam desempenho insatisfatório podem ser alvo de intervenções específicas, como investimentos em infraestrutura, programas de formação continuada para docentes e iniciativas de suporte ao estudante, dessa forma, o ENADE não apenas avalia, mas também orienta ações que visam à melhoria da qualidade da educação superior no Brasil (MEC, 2021).

É importante considerar que o ENADE, enquanto ferramenta de avaliação, também enfrenta críticas e desafios algumas dessas críticas envolvem a padronização excessiva das provas, que podem não captar todas as nuances e especificidades dos diferentes cursos e contextos educacionais (NUNES, 2016)

Outro ponto de discussão é a representatividade do ENADE em relação à diversidade de instituições e cursos de graduação no Brasil, a heterogeneidade do sistema educacional brasileiro significa que os resultados do exame precisam ser interpretados com cautela, levando em conta o contexto específico de cada instituição e região (INEP, 2022).

2.4 O papel do ENADE na identificação das defasagens dos professores de Geografia

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) desempenha um papel crucial na identificação das defasagens dos professores de Geografia, ao fornecer dados que permitem uma análise detalhada do conhecimento e das competências adquiridas durante a formação.

Segundo Catani (2006), os resultados do ENADE são fundamentais para evidenciar as áreas em que os futuros professores apresentam maiores dificuldades, permitindo uma intervenção mais direcionada nas práticas formativas.

De acordo com Durhan (2003), a análise dos resultados do ENADE revela que muitos professores de Geografia ingressam no mercado de trabalho com lacunas significativas em conhecimentos específicos da área. Honorato e Heringer (2015) argumentam que o ENADE, ao avaliar as competências gerais e específicas dos formandos, fornece uma visão ampla das habilidades que estão sendo desenvolvidas nos cursos de Geografia.

Segundo Marteleto (2016), a identificação de defasagens através do ENADE também permite uma reflexão sobre a formação continuada dos professores. Farage (2021) destaca que o ENADE, ao fornecer dados comparativos entre diferentes instituições de ensino, possibilita a identificação de práticas pedagógicas bem-sucedidas e áreas que necessitam de melhorias.

Farage (2021) argumenta que o ENADE é uma ferramenta importante para a gestão educacional, pois fornece informações detalhadas sobre o desempenho dos alunos e, consequentemente, sobre a eficácia das práticas pedagógicas adotadas. A identificação de defasagens é o primeiro passo para a implementação de ações corretivas que visem a melhoria da qualidade do ensino.

De acordo com Judensnaider (2022), os resultados do ENADE também podem influenciar a formação inicial dos professores. Ao identificar as áreas de conhecimento em que os futuros docentes apresentam maior dificuldade, as instituições de ensino podem ajustar seus currículos para proporcionar uma formação mais abrangente e aprofundada.

Judensnaider (2022) ainda destaca que a análise dos resultados do ENADE deve ser realizada de forma contínua e sistemática. Apenas através de um acompanhamento constante é possível identificar as tendências e as mudanças necessárias para aprimorar a formação dos professores de Geografia.

Honorato e Heringer (2015) argumentam que os dados do ENADE são essenciais para a pesquisa acadêmica, pois fornecem uma base empírica para estudos sobre a formação de professores. Segundo eles, é a partir desses dados que pesquisadores podem desenvolver estudos que contribuam para a compreensão das deficiências na formação docente e para a proposição de soluções efetivas.

Para Nunes (2016), o ENADE é uma ferramenta essencial para a construção de um sistema educacional mais justo e equitativo. Ao identificar e corrigir as defasagens na formação dos professores, é possível garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem social ou econômica.

Embora o ENADE seja uma ferramenta importante para aferir a qualidade da formação docente, é preciso considerar as limitações associadas ao seu processo de aplicação. Uma dessas limitações refere-se à possibilidade de algumas instituições realizarem uma seleção estratégica dos estudantes que farão a prova, priorizando aqueles com melhor desempenho acadêmico ou maior engajamento institucional.

Essa escolha, embora não oficializada nos editais, é uma prática observada em diversos estudos e relatos, e pode comprometer a representatividade da avaliação. Quando apenas uma parcela dos estudantes é efetivamente orientada ou incentivada a participar, os resultados podem não refletir com precisão o conjunto dos formandos nem as reais deficiências do curso. Isso dificulta análises mais profundas sobre a formação docente e pode mascarar problemas estruturais que precisariam ser enfrentados.

Essa questão é particularmente sensível no caso dos cursos de licenciatura, cuja avaliação exige uma leitura contextualizada da formação de professores. A depender das estratégias institucionais, a nota do ENADE pode servir mais como um indicador de desempenho individual de alguns estudantes selecionados do que como um retrato fiel da formação oferecida pelo curso como um todo. Nesse sentido, é necessário refletir sobre o uso e a interpretação dos dados gerados pelo exame, especialmente quando se trata de políticas públicas de formação e regulação da educação superior.

Para além da mensuração quantitativa dos conhecimentos, é fundamental compreender que a formação docente envolve uma dimensão ampla, que articula saberes teóricos, experiências práticas e vivências acadêmicas diversas.

A formação em Geografia, por exemplo, não se dá apenas pelo domínio de conteúdos disciplinares, mas também por meio de práticas como os estágios supervisionados, projetos de extensão, iniciação científica, participação em eventos, grupos de pesquisa e a própria experiência em sala de aula, seja como aluno ou como futuro professor. Esse conjunto de experiências contribui para o desenvolvimento de uma identidade profissional crítica, reflexiva e comprometida com a realidade escolar.

Nesse sentido, o conceito de formação vai além da simples transmissão de conteúdos: trata-se de um processo formativo integral, em que o estudante se apropria de saberes pedagógicos e geográficos, ao mesmo tempo em que vivencia os desafios e as contradições do exercício docente.

A formação deve possibilitar ao licenciando compreender o papel social da escola, dialogar com diferentes realidades, e construir práticas pedagógicas contextualizadas e transformadoras. Por isso, qualquer avaliação da qualidade formativa deve considerar esse percurso de forma holística, reconhecendo que o desempenho em uma prova como o ENADE representa apenas uma parte desse processo complexo.

2.5 Desigualdade nos resultados do ENADE: reflexo das disparidades educacionais

Os resultados do ENADE frequentemente refletem as desigualdades educacionais presentes no Brasil, evidenciando disparidades significativas entre diferentes regiões e tipos de instituições. Nunes (2016) os estudantes de instituições de ensino superior localizadas em regiões mais desenvolvidas tendem a apresentar desempenho superior em comparação com aqueles de regiões menos favorecidas, destacando a influência do contexto socioeconômico.

De acordo com Medeiros et al. (2024) a desigualdade nos resultados do ENADE

também se manifesta entre instituições públicas e privadas, enquanto algumas universidades públicas de renome apresentam resultados excepcionais, muitas instituições privadas, especialmente as de menor porte, enfrentam dificuldades para alcançar os mesmos níveis de desempenho.

Alves et al. (2013) argumentam que essas disparidades são um reflexo direto das desigualdades estruturais e de recursos no sistema educacional brasileiro. Instituições localizadas em áreas com melhores infraestruturas e maior acesso a recursos financeiros e tecnológicos tendem a proporcionar uma educação de melhor qualidade, o que se reflete nos resultados do ENADE.

Segundo Segatto e Abrucio (2017), a formação prévia dos alunos também desempenha um papel crucial nos resultados do ENADE. Estudantes que tiveram acesso a uma educação básica de qualidade, com professores bem preparados e recursos adequados, estão mais bem preparados para enfrentar o exame, em comparação com aqueles que enfrentaram dificuldades durante a educação básica.

Para Judensnaider (2022) as desigualdades educacionais também são influenciadas pelas condições socioeconômicas dos estudantes, alunos de famílias com maior poder aquisitivo podem ter acesso a materiais de estudo adicionais, cursos preparatórios e outras formas de apoio, enquanto aqueles de famílias mais pobres enfrentam maiores desafios.

De acordo com Verhine, Dantas e Soares (2006) as políticas de financiamento da educação superior também impactam os resultados do ENADE, programas como o FIES e o PROUNI, embora essenciais para a democratização do acesso ao ensino superior, não são suficientes para garantir a equidade na qualidade do ensino oferecido.

Picanço (2015) argumenta que as desigualdades nos resultados do ENADE refletem, em última análise, as profundas disparidades sociais e econômicas do Brasil essas desigualdades são perpetuadas pelo sistema educacional, que muitas vezes falha em proporcionar as mesmas oportunidades para todos os estudantes.

Segundo Durhan (2003) a análise dos resultados do ENADE pode servir como um ponto de partida para a formulação de políticas públicas que visem reduzir essas desigualdades. De acordo com Catani (2006) programas de apoio e capacitação para professores em regiões menos favorecidas podem ser uma forma eficaz de reduzir as disparidades nos resultados do ENADE.

Santos (2018) destaca a importância de investimentos em infraestrutura para a melhoria dos resultados do ENADE. Instituições que carecem de recursos básicos, como laboratórios e bibliotecas, enfrentam maiores desafios para proporcionar uma formação adequada aos seus alunos.

Segundo Carvalho e Walternberg (2015) a democratização do acesso ao ensino superior deve ser acompanhada de esforços para garantir a qualidade da educação oferecida, apenas aumentar o número de vagas não é suficiente; é necessário assegurar que todas as instituições possam oferecer uma formação de alto nível.

2.6 Políticas públicas para reduzir as desigualdades no ensino superior

A redução das desigualdades no ensino superior é uma questão central nas políticas educacionais contemporâneas, segundo Brandão (2024), programas de ação afirmativa, como as cotas para estudantes de escolas públicas e minorias, têm se mostrado eficazes em ampliar o acesso ao ensino superior para grupos historicamente desfavorecidos.

De acordo com as informações retiradas do portal PROUNI, as políticas de financiamento estudantil, como o FIES e o PROUNI, são fundamentais para permitir que estudantes de baixa renda ingressem no ensino superior. Esses programas oferecem empréstimos e bolsas de estudo que cobrem total ou parcialmente os custos das mensalidades, facilitando o acesso e a permanência dos alunos. Isso é essencial para democratizar o ensino superior no Brasil.

Brandão (2024) destaca que a ampliação da oferta de vagas em universidades públicas é uma estratégia importante para aumentar o acesso ao ensino superior, a construção de novos campi e a expansão de cursos existentes podem contribuir para

atender à demanda crescente por educação superior de qualidade.

Segundo Nassif (2024) a adoção de políticas de inclusão digital é essencial para garantir que todos os alunos tenham acesso às tecnologias educacionais, a distribuição de equipamentos, como computadores e tablets, e o acesso à internet de qualidade são fundamentais para o sucesso acadêmico no mundo contemporâneo.

Santos (2018) destaca que a democratização da gestão universitária é essencial para a construção de um ensino superior mais inclusivo e participativo. A participação de estudantes, professores e comunidade na tomada de decisões pode contribuir para a criação de um ambiente educacional mais justo e equitativo. A gestão participativa garante que as diversas vozes sejam ouvidas e consideradas.

Peralbo et al. (2023) destacam que a implementação de políticas de incentivo à pesquisa acadêmica é crucial para a promoção da igualdade no ensino superior, programas de fomento à pesquisa, que oferecem bolsas e recursos financeiros para alunos e professores, permitem o desenvolvimento de projetos que podem trazer benefícios tanto para a academia quanto para a sociedade.

Rebouças et al. (2024) argumentam que a criação de programas de mentorias e tutoria é uma estratégia eficaz para apoiar os alunos de baixa renda, essas iniciativas conectam estudantes com mentores experientes, que podem oferecer orientação acadêmica, profissional e pessoal, ajudando a superar desafios e a alcançar o sucesso.

Judensnaider (2022) destaca que a promoção de uma cultura de inclusão e diversidade nas universidades é importante para a redução das desigualdades, segundo o autor campanhas de conscientização, treinamentos sobre diversidade e políticas de combate à discriminação são fundamentais para criar um ambiente acolhedor para todos os alunos.

Picanço (2015) coloca que a colaboração entre instituições de ensino superior e o setor privado pode contribuir para a redução das desigualdades, parcerias público-privadas poderiam gerar oportunidades de estágio, emprego e financiamento de projetos acadêmicos, beneficiando diretamente os alunos e a comunidade universitária.

Marteleto (2016) argumenta que a criação de conselhos consultivos, que incluam representantes de diferentes setores da sociedade, pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais abrangentes e eficazes. A participação de diversos atores garante que as políticas considerem as realidades e necessidades de diferentes grupos.

Honorato e Heringer (2015) argumentam que a promoção de um ambiente acadêmico inclusivo requer o compromisso de toda a comunidade universitária, professores, alunos e funcionários devem estar engajados em criar uma cultura de respeito e apoio mútuo, essencial para a redução das desigualdades no ensino superior.

Para finalizar, Nassif (2024) destaca que a construção de um ensino superior mais justo e equitativo exige um compromisso contínuo com a inovação e a adaptação. As políticas públicas devem ser dinâmicas e capazes de responder às mudanças nas necessidades e desafios da sociedade. A inovação constante é necessária para garantir que o ensino superior continue a ser um motor de progresso e inclusão social.

Seção III: O ENADE e a Qualidade dos Professores de Geografia no Contexto de Desigualdade Educacional

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) tem sido uma ferramenta essencial na avaliação da qualidade do ensino superior no Brasil. No campo da Geografia, o ENADE desempenha um papel crucial na identificação das competências e habilidades dos futuros professores, oferecendo uma visão abrangente sobre as defasagens e os pontos fortes da formação docente.

Esta seção explora como o ENADE reflete e, ao mesmo tempo, é impactado por essas desigualdades, abordando questões que vão desde as limitações e potencialidades do exame até a influência das condições socioeconômicas no desempenho dos professores.

Avaliar a formação de professores em um país como o Brasil, marcado por profundas desigualdades educacionais, é uma tarefa que envolve inúmeros desafios. As diferenças regionais, socioeconômicas e institucionais impactam diretamente a trajetória dos estudantes desde a educação básica até a formação superior, produzindo cenários muito distintos de acesso, permanência e qualidade de ensino.

Nesse contexto, utilizar uma única prova padronizada para medir a qualidade da formação docente corre o risco de obscurecer essas diferenças estruturais, oferecendo uma fotografia superficial e, muitas vezes, injusta do real processo educativo vivido pelos futuros professores.

A falta de equidade nas condições de formação — refletida em disparidades de infraestrutura, acesso a bibliotecas, laboratórios, estágios de qualidade e programas de formação continuada — torna extremamente difícil isolar o desempenho individual dos estudantes das condições institucionais e contextuais que moldam sua formação.

Assim, avaliações como o ENADE precisam ser interpretadas com cautela, considerando que resultados mais baixos podem estar muito mais relacionados às desigualdades educacionais históricas do que à competência individual dos estudantes

ou dos cursos avaliados.

Uma das principais limitações do ENADE é a sua capacidade de capturar apenas uma parte do processo educacional, focando principalmente em aspectos cognitivos e deixando de lado habilidades socioemocionais e práticas pedagógicas que são fundamentais para a docência em Geografia. Além disso, o exame tende a homogeneizar a avaliação, desconsiderando as especificidades regionais e institucionais que influenciam o desempenho dos estudantes.

Os resultados do exame fornecem dados para a formulação de políticas públicas e para a melhoria dos currículos acadêmicos, ademais, o ENADE pode servir como um incentivo para que as instituições de ensino superior invistam na qualidade de seus cursos e no desenvolvimento profissional dos seus docentes.

As defasagens educacionais têm um impacto direto no desempenho dos professores de Geografia no ENADE, essas defasagens são frequentemente resultado de uma educação básica deficiente, marcada pela falta de recursos, infraestrutura inadequada e formação precária dos docentes.

Professores que não têm acesso a atualizações e aperfeiçoamentos constantes tendem a apresentar dificuldades em acompanhar as inovações pedagógicas e tecnológicas, o que se reflete negativamente no ENADE, a falta de um suporte contínuo e de oportunidades de desenvolvimento profissional contribui para a perpetuação das desigualdades educacionais.

A falta de recursos, aliada à carência de professores qualificados, limita a capacidade dessas instituições de oferecer um ensino de qualidade, esse cenário evidencia a disparidade existente no sistema educacional brasileiro, onde o local de estudo pode determinar o nível de preparação para o ENADE.

As condições socioeconômicas desempenham um papel fundamental no desempenho dos professores de Geografia no ENADE, a precariedade das condições de trabalho, a falta de materiais didáticos adequados e a sobrecarga de responsabilidades são fatores que dificultam o pleno desenvolvimento profissional e

acadêmico desses docentes.

Além disso, professores que vivem em situação de vulnerabilidade social muitas vezes não têm acesso a oportunidades de formação continuada, cursos de atualização e outros recursos que poderiam melhorar sua prática pedagógica e seu desempenho no ENADE.

A formação inicial e a formação continuada desempenham papéis complementares no desenvolvimento das competências dos professores de Geografia, essa formação por si só não é suficiente para garantir um desempenho satisfatório no ENADE, especialmente em um contexto educacional em constante evolução.

Programas de capacitação e aperfeiçoamento permitem que os professores acompanhem as novas metodologias de ensino, tecnologias educacionais e avanços científicos na área de Geografia, a formação continuada, portanto, tem um impacto significativo no desempenho dos professores no ENADE, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade do ensino.

As políticas públicas voltadas para a melhoria da formação de professores de Geografia são essenciais para enfrentar as desigualdades educacionais. essas políticas devem ser acompanhadas de investimentos em infraestrutura e recursos didáticos, que são indispensáveis para a formação de qualidade.

A valorização do professor passa pelo reconhecimento de sua importância na sociedade e pela garantia de um ambiente de trabalho que favoreça o desenvolvimento profissional e a inovação pedagógica.

A qualidade da formação docente está intrinsicamente ligada à redução das desigualdades educacionais, professores bem formados são capazes de utilizar metodologias pedagógicas eficazes, adaptar-se às necessidades dos alunos e promover um ambiente de aprendizado inclusivo e estimulante.

Isso inclui investimentos em programas de formação, desenvolvimento de materiais didáticos de qualidade, e políticas de apoio e incentivo ao professor. A

redução das desigualdades educacionais passa necessariamente pela valorização e qualificação dos professores, que são os principais agentes de transformação no processo educativo.

3.1 O ENADE como indicador da qualidade educacional: limitações e potencialidades

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é uma ferramenta crucial no cenário educacional brasileiro, destinado a avaliar a qualidade dos cursos de ensino superior, no entanto, o ENADE possui limitações que precisam ser consideradas ao analisar seus resultados. Segundo Catani (2006) uma das principais críticas ao ENADE é que ele avalia de forma padronizada, sem levar em conta as especificidades de cada curso e instituição.

Verhine, Dantas e Soares (2006) argumentam que a avaliação, realizada a cada três anos, pode não capturar de maneira eficaz as mudanças e melhorias implementadas pelas instituições de ensino, este intervalo pode resultar em uma defasagem entre a realidade atual dos cursos e o que é refletido nos resultados do exame, dificultando a utilização dos dados para melhorias contínuas.

Por outro lado, o ENADE possui potencialidades significativas que não podem ser ignoradas, ele fornece um panorama abrangente do desempenho dos estudantes em nível nacional, possibilitando comparações entre diferentes cursos e instituições. Conforme Judensnaider (2022) essa visão macro é fundamental para identificar tendências e direcionar políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino superior.

Além disso, o ENADE pode atuar como um mecanismo de incentivo para as instituições de ensino superior investirem em qualidade, Segatto e Abrucio (2017) os resultados do exame podem ser utilizados como um indicador para ajustes curriculares e para a implementação de práticas pedagógicas inovadoras, visando melhorar o desempenho dos estudantes e, conseqüentemente, os resultados no exame.

No entanto, é importante considerar que o ENADE, por si só, não é capaz de promover todas as melhorias necessárias no ensino superior, conforme Nassif (2024) ele deve ser utilizado em conjunto com outras ferramentas de avaliação e programas de desenvolvimento educacional para alcançar uma melhoria abrangente e efetiva.

O modelo de avaliação do ENADE, ao focar exclusivamente no desempenho final dos estudantes, não considera as condições e práticas formativas que moldaram esse resultado.

O percurso acadêmico de um futuro professor de Geografia envolve múltiplas dimensões — como estágios supervisionados, projetos de extensão, pesquisa em iniciação científica e envolvimento comunitário — que contribuem profundamente para sua formação, mas que não são capturados em uma prova única e padronizada. Sem uma análise integrada desses aspectos, a avaliação corre o risco de oferecer um diagnóstico incompleto, centrado apenas em produtos e não nos processos educativos que deveriam ser igualmente valorizados.

Essa dissociação entre processo formativo e avaliação final cria distorções importantes na interpretação dos resultados. Cursos que, mesmo com limitações estruturais, desenvolvem práticas pedagógicas inovadoras e engajadoras podem ser subvalorizados em função de notas médias ou baixas no ENADE.

Inversamente, cursos com preparação intensiva apenas para o exame podem obter boas pontuações sem necessariamente terem promovido uma formação docente consistente e crítica. Esse paradoxo reforça a necessidade de instrumentos avaliativos mais abrangentes, que reconheçam o processo educativo como parte fundamental da formação do professor.

A prática pedagógica em Geografia exige que o professor mobilize um conjunto de habilidades que extrapolam o domínio técnico de conteúdo. Elementos como a capacidade de problematizar realidades locais, de trabalhar com metodologias ativas, de utilizar o território como recurso didático e de fomentar a consciência ambiental dos estudantes são centrais para uma prática geográfica crítica e transformadora.

Contudo, essas competências, extremamente valorizadas na formação do professor de Geografia, são dificilmente mensuráveis por meio de instrumentos padronizados de avaliação como o ENADE.

A habilidade de estabelecer diálogos interculturais, de lidar com a diversidade étnico-racial, e de incorporar saberes tradicionais e populares nas práticas educativas são outros exemplos de competências essenciais que um bom professor de Geografia precisa desenvolver. Tais capacidades emergem no cotidiano da atuação docente e no contato com realidades heterogêneas, sendo construídas em contextos dinâmicos que uma prova objetiva dificilmente consegue capturar.

Avaliar apenas o acúmulo de informações conceituais, sem considerar essas dimensões práticas e ético-políticas da docência, implica em reduzir a complexidade da formação do educador geográfico.

A formação em Geografia possui uma especificidade que a diferencia de muitas outras áreas do conhecimento: ela demanda, ao mesmo tempo, o domínio acadêmico de conceitos técnicos e científicos e o desenvolvimento de uma leitura crítica da realidade. A prática docente em Geografia exige que o professor saiba articular conhecimentos sobre espaço, sociedade, natureza e economia de maneira integrada, capacitando os alunos a compreenderem as dinâmicas do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, a Geografia não se limita à mera transmissão de conteúdos, mas pressupõe a construção de uma consciência crítica sobre o território, as desigualdades socioespaciais e os processos históricos que moldam a sociedade.

Essa dupla exigência — acadêmica e crítica — nem sempre é plenamente capturada pelas provas do ENADE. Embora o exame avalie conhecimentos específicos da área e habilidades de interpretação e raciocínio lógico, ele tende a privilegiar aspectos mais conteudistas da formação.

A capacidade do futuro professor de Geografia de desenvolver práticas pedagógicas que estimulem o pensamento crítico dos alunos, promovendo reflexões sobre cidadania, meio ambiente, geopolítica e justiça social, dificilmente é aferida de

forma aprofundada em uma avaliação padronizada e nacional.

Essa limitação do ENADE aponta para um desafio importante: a necessidade de instrumentos complementares de avaliação que considerem a complexidade do trabalho docente em Geografia. Avaliar apenas o domínio teórico dos conteúdos, sem considerar a capacidade de mobilizar esse conhecimento em práticas educativas críticas e contextualizadas, pode oferecer uma visão parcial da real competência dos futuros professores.

A especificidade da Geografia, portanto, exige uma compreensão mais ampla da formação docente, que vá além das respostas certas em uma prova e contemple também a dimensão ética, social e transformadora da atuação profissional.

3.2 Defasagens educacionais e o desempenho dos professores no ENADE

As defasagens educacionais representam um grande desafio para o desempenho dos professores de Geografia no ENADE, Nunes (2016) destaca que muitos estudantes ingressam no ensino superior com lacunas significativas na formação básica, que acabam impactando sua performance no exame.

Além disso, o currículo de formação dos professores de Geografia pode não estar totalmente alinhado com as exigências do ENADE, de acordo com Rebouças et al. (2024) muitas vezes, os cursos de licenciatura não cobrem de forma adequada todos os conteúdos avaliados pelo exame, deixando os futuros professores em desvantagem.

Segundo Jesus et al. (2023) professores que atuam em contextos socioeconômicos desfavorecidos enfrentam mais dificuldades para participar de programas de formação continuada e atualização profissional, a falta de recursos financeiros e de tempo devido às múltiplas jornadas de trabalho são barreiras adicionais que comprometem a qualidade da formação docente.

Segundo Segatto e Abrucio (2017) as diferenças no nível de preparação dos

alunos ao entrarem na universidade criam um ambiente de aprendizado desigual, onde alguns conseguem acompanhar o ritmo das aulas, enquanto outros ficam para trás, ampliando as defasagens.

A infraestrutura das instituições de ensino também desempenha um papel importante, Nassif (2024) aponta que muitas universidades não possuem laboratórios adequados, bibliotecas atualizadas e recursos tecnológicos suficientes para apoiar um ensino de qualidade, a falta desses recursos limita o potencial de aprendizado dos alunos e compromete sua preparação para o ENADE.

Outro aspecto que merece destaque é o potencial de utilização dos resultados do ENADE como ferramenta para avaliações internas das instituições de ensino superior. Embora o exame tenha sido concebido principalmente como instrumento de avaliação externa, muitos cursos de licenciatura em Geografia têm se apropriado dos dados obtidos para realizar análises internas mais detalhadas.

Esses dados permitem, por exemplo, identificar conteúdos e competências em que os estudantes demonstram maiores dificuldades, possibilitando uma intervenção pedagógica mais precisa.

Com base nos resultados do ENADE, instituições podem reformular seus projetos pedagógicos de curso (PPCs), atualizando ementas, ajustando cargas horárias e reorganizando conteúdos de disciplinas. Essa adaptação é fundamental para reduzir as defasagens educacionais, sobretudo em cursos que apresentam histórico de baixos desempenhos.

O uso estratégico desses dados também possibilita a criação de programas de nivelamento, destinados a fortalecer competências básicas de leitura, escrita, raciocínio lógico e conhecimentos específicos da Geografia, que são essenciais para o bom desempenho acadêmico e profissional.

Além disso, a análise longitudinal dos resultados do ENADE pode fornecer subsídios para o planejamento de programas de formação continuada dos docentes da instituição, identificando áreas onde os professores precisam de atualização ou

aperfeiçoamento.

Assim, o ENADE deixa de ser apenas um instrumento de diagnóstico externo e passa a integrar a gestão acadêmica interna, funcionando como um elemento de fortalecimento da qualidade formativa.

É fundamental também considerar a motivação dos professores, de acordo com Simm (2015), professores desmotivados e sem perspectivas de crescimento profissional tendem a apresentar um desempenho inferior no ENADE, a valorização do professor, tanto em termos financeiros quanto de reconhecimento social, é essencial para melhorar seu compromisso e dedicação à formação contínua.

A presença crescente de estudantes de primeira geração no ensino superior evidencia a importância de políticas institucionais de acolhimento e fortalecimento. Alunos cujas famílias não possuem histórico acadêmico enfrentam desafios adicionais que impactam diretamente seu desempenho, inclusive no ENADE.

Muitas vezes, esses estudantes ingressam no ensino superior com lacunas educacionais acumuladas e pouca familiaridade com as exigências acadêmicas, o que aumenta o risco de evasão, baixo rendimento e dificuldades emocionais.

Instituições comprometidas com a equidade educacional precisam investir em programas de nivelamento acadêmico, tutoria, apoio psicológico e orientação acadêmica contínua, criando ambientes que reconheçam essas vulnerabilidades e ofereçam suporte efetivo.

A ausência de ações afirmativas e de acolhimento para estudantes de primeira geração perpetua as desigualdades e limita o potencial transformador da educação superior na redução das disparidades sociais.

3.3 Desigualdade no preparo para o ENADE entre instituições de ensino

A desigualdade no preparo para o ENADE entre instituições de ensino superior é

uma realidade que influencia diretamente os resultados do exame, segundo Brandão (2024) instituições localizadas em regiões mais desenvolvidas do país, com maior acesso a recursos financeiros e tecnológicos, conseguem preparar seus estudantes de forma mais eficaz para o ENADE.

Em contraste, instituições situadas em áreas menos favorecidas enfrentam desafios significativos para proporcionar um preparo adequado aos seus alunos, Andrade e Ribeiro (2024) apontam que a falta de recursos materiais, como laboratórios e equipamentos tecnológicos, além da carência de professores qualificados, compromete a qualidade do ensino, essa disparidade cria um ambiente educacional desigual, onde alunos de diferentes instituições têm oportunidades desiguais de sucesso no ENADE.

Para compreender melhor a distribuição geográfica e institucional dos cursos e participantes do ENADE 2023, a Tabela 9 apresenta dados desagregados por região e tipo de instituição. Esses números evidenciam as disparidades no acesso ao ensino superior e ajudam a contextualizar as diferenças observadas no desempenho dos estudantes.

Tabela 8 - Número de IES, cursos, concluintes inscritos e participantes do ENADE 2023, por área de avaliação, organização acadêmica e região geográfica

Sinopse do Enade 2023																				
1 - Distribuição de IES, Cursos, Inscritos e Participantes do Enade																				
Tabela 1.4 - Número de IES, Cursos, Concluintes Inscritos e Concluintes Participantes do Enade, por Área de Avaliação, Organização Acadêmica e Região Geográfica																				
Área de Avaliação / Organização Acadêmica	Região Geográfica																			
	Norte				Nordeste				Sudeste				Sul				Centro-Oeste			
	IES	Cursos	Inscritos	Participantes	IES	Cursos	Inscritos	Participantes	IES	Cursos	Inscritos	Participantes	IES	Cursos	Inscritos	Participantes	IES	Cursos	Inscritos	Participantes
Total geral	114	694	28.820	22.825	329	2.005	78.847	68.299	548	4.201	187.394	158.212	228	1.968	80.496	68.873	133	944	32.737	28.757
Universidade	18	221	9.823	8.332	42	591	28.356	25.355	74	1.838	110.776	91.415	80	959	49.937	41.539	19	300	12.811	11.321
Centro Universitário	25	222	10.441	8.873	87	738	30.888	25.447	152	1.405	47.868	41.404	64	618	25.537	20.129	35	284	12.408	10.832
Faculdade	64	209	5.406	4.457	188	590	18.944	15.037	311	1.017	23.160	20.531	108	316	6.099	5.534	75	301	5.661	5.002
IF/CEFET	7	42	1.350	1.163	11	86	2.859	2.480	11	141	5.590	4.882	6	75	1.923	1.671	4	59	1.857	1.602

Fonte: INEP (2023)

Segundo Cruz (2016), instituições com uma administração eficaz conseguem

implementar estratégias específicas para preparar seus alunos para o exame. Isso inclui a organização de simulados, cursos de reforço e palestras com especialistas. Em contrapartida, Oliveira (2019) coloca que as instituições com gestão ineficiente não conseguem planejar e executar essas atividades de forma eficaz, prejudicando a preparação dos estudantes.

O acesso a materiais didáticos de qualidade também é um diferencial importante. Segundo López (2017), alunos de instituições com acesso a livros atualizados, artigos científicos e recursos online têm uma vantagem significativa na preparação para o ENADE.

Conforme Soares (2018), a participação dos alunos em atividades extracurriculares relacionadas ao curso também influencia o desempenho no ENADE, instituições que incentivam a participação dos alunos em seminários, congressos e projetos de pesquisa conseguem engajar mais os estudantes, proporcionando uma formação mais completa.

Embora o ENADE tenha como objetivo oferecer uma avaliação nacionalmente padronizada da qualidade dos cursos superiores, a aplicação homogênea de um mesmo exame em um país marcado por profundas desigualdades regionais e institucionais, como o Brasil, pode, paradoxalmente, acentuar essas diferenças. Instituições localizadas em regiões economicamente mais frágeis, com infraestrutura deficitária, limitações tecnológicas e quadros docentes menos qualificados, enfrentam desvantagens estruturais que impactam diretamente o desempenho de seus estudantes.

Nesse contexto, a comparação direta entre cursos de realidades tão díspares, sem considerar as variáveis socioeconômicas, culturais e institucionais, resulta não apenas em diagnósticos imprecisos, mas também na legitimação de um cenário de desigualdade histórica. Em vez de evidenciar exclusivamente a qualidade da formação acadêmica, o ENADE acaba funcionando, muitas vezes, como um reflexo ampliado das desigualdades sociais que atravessam o sistema educacional brasileiro.

Diante da heterogeneidade estrutural do ensino superior no Brasil, torna-se

evidente a necessidade de políticas públicas específicas que promovam o fortalecimento das instituições situadas em contextos mais vulneráveis.

Medidas como financiamento suplementar para infraestrutura acadêmica, programas de formação e capacitação docente, ampliação do acesso a materiais didáticos e bibliotecas atualizadas, bem como incentivos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, são fundamentais para nivelar as condições de ensino e aprendizagem.

Além disso, políticas que ofereçam suporte acadêmico aos estudantes, como bolsas de estudo, programas de nivelamento e assistência estudantil, podem contribuir para a redução das disparidades de desempenho observadas em avaliações nacionais como o ENADE.

Reconhecer as desigualdades de partida e atuar de forma propositiva sobre elas é condição indispensável para transformar o exame em um instrumento que efetivamente promova a qualidade e a equidade no ensino superior brasileiro, em vez de perpetuar as diferenças históricas já existentes.

De acordo com Oliveira (2019), é necessário um esforço conjunto entre governo, instituições de ensino e sociedade para reduzir essas disparidades, políticas públicas voltadas para a igualdade de acesso a recursos e a melhoria da qualidade do ensino são essenciais para garantir que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de sucesso no ENADE.

3.4 A influência das condições socioeconômicas no desempenho dos professores

Segundo Peralbo et al. (2023), as condições socioeconômicas desempenham um papel crucial no desempenho dos professores de Geografia no ENADE, docentes que trabalham em contextos socioeconômicos desfavorecidos enfrentam uma série de desafios que impactam diretamente sua capacidade de ensino e, conseqüentemente, o desempenho de seus alunos no exame.

De acordo com Cruz (2016), muitos professores vivem em situações de vulnerabilidade social, o que limita seu acesso a oportunidades de formação continuada e atualização profissional, a falta de tempo e recursos para investir em seu próprio desenvolvimento profissional compromete a qualidade do ensino e, por consequência, o desempenho no ENADE.

Segundo Segatto e Abrucio (2017), instituições localizadas em regiões mais pobres frequentemente carecem de recursos básicos, como laboratórios adequados, bibliotecas atualizadas e acesso à internet, essa falta de infraestrutura limita as possibilidades de um ensino de qualidade e impacta negativamente o desempenho dos professores no ENADE.

Conforme Oliveira (2019), em muitas instituições, especialmente nas regiões menos favorecidas, há uma carência de livros, artigos científicos e outros recursos pedagógicos essenciais, essa falta de materiais dificulta a preparação dos professores e dos alunos para o ENADE, refletindo-se nos resultados do exame.

Segundo López (2017), professores que enfrentam jornadas de trabalho extensas, salários baixos e condições inadequadas de trabalho têm menos tempo e energia para se dedicar à preparação para o ENADE, essas condições adversas afetam a motivação e o desempenho dos docentes, comprometendo a qualidade do ensino.

A formação de professores em contextos de vulnerabilidade social e econômica muitas vezes gera um fenômeno de retroalimentação das desigualdades, conhecido como "ciclo de vulnerabilidade". Estudantes oriundos de escolas públicas com infraestrutura precária e trajetórias educacionais marcadas por defasagens são frequentemente aqueles que, ao ingressarem no ensino superior, enfrentam dificuldades adicionais para acompanhar os cursos de licenciatura.

Após a conclusão da formação, esses futuros professores tendem a retornar para atuar em comunidades semelhantes àsquelas de onde vieram, reproduzindo, ainda que involuntariamente, as limitações que vivenciaram ao longo de sua trajetória acadêmica. Dessa forma, perpetua-se um ciclo em que a formação docente deficiente

impacta negativamente a qualidade do ensino oferecido às novas gerações, dificultando a quebra das barreiras históricas impostas pela desigualdade educacional no país.

Romper o ciclo de vulnerabilidade requer a implementação de políticas públicas de incentivo à permanência e valorização de docentes em regiões socialmente desfavorecidas.

Programas que ofereçam bolsas, gratificações salariais, planos de carreira específicos, apoio financeiro para formação continuada e benefícios adicionais podem tornar mais atrativa a atuação de professores qualificados nessas localidades.

Além disso, iniciativas como programas de residência pedagógica em comunidades de alta vulnerabilidade social — em que o futuro professor vivencia a prática profissional desde a graduação — podem fortalecer a preparação docente para enfrentar os desafios particulares desses contextos.

Investir na fixação de bons profissionais em áreas historicamente negligenciadas é fundamental não apenas para melhorar a qualidade do ensino, mas também para promover a inclusão educacional e contribuir para a diminuição das desigualdades sociais de longo prazo.

De acordo com Brandão (2024), instituições que oferecem programas de apoio e incentivo ao desenvolvimento profissional dos professores conseguem melhorar o desempenho docente no ENADE, no entanto, em muitas regiões, a falta de políticas institucionais voltadas para a valorização e capacitação dos professores agrava as dificuldades enfrentadas por esses profissionais.

Segundo Andrade, Sousa e Ribeiro (2024), investimentos em programas de financiamento para a formação continuada, melhoria das condições de trabalho e aumento da remuneração dos professores são essenciais para enfrentar as disparidades socioeconômicas, essas políticas podem criar um ambiente mais favorável para o desenvolvimento profissional dos docentes e melhorar seu desempenho no ENADE.

Conforme Nassif (2024), alunos provenientes de contextos socioeconômicos desfavorecidos têm menos acesso a cursos de qualidade e a oportunidades de formação complementar, essa desigualdade inicial impacta a qualidade da formação dos futuros professores e, por consequência, seu desempenho no ENADE.

Segundo Simm (2015), professores que trabalham em ambientes desmotivadores, com pouca valorização profissional e reconhecimento, tendem a apresentar um desempenho inferior, a falta de estímulo e de perspectivas de crescimento profissional desmotiva os docentes e prejudica seu compromisso com a melhoria contínua.

Para Alves e Soares (2013), professores que trabalham com alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam desafios adicionais, como a necessidade de lidar com problemas sociais e emocionais que afetam o aprendizado.

3.5 Formação inicial versus continuada: impacto no desempenho docente

Segundo Catani et al. (2006), a formação inicial dos professores é um componente essencial na construção de uma base sólida para a prática docente. A qualidade da formação inicial tem um impacto direto e duradouro no desempenho dos professores ao longo de suas carreiras.

Por outro lado, a formação continuada é igualmente crucial para o desenvolvimento profissional dos professores. Conforme Marconi e Lakatos (2005), a formação continuada permite que os docentes atualizem seus conhecimentos e desenvolvam novas habilidades ao longo de suas carreiras.

A formação continuada, por sua vez, deve ser contextualizada e alinhada às necessidades dos professores. Segundo Salata (2018), programas de formação que consideram o contexto específico em que os professores atuam tendem a ser mais eficazes. Cursos de atualização que abordam as particularidades do ensino de Geografia, por exemplo, podem proporcionar um impacto significativo no desempenho dos professores no ENADE.

Segundo Verhine, Dantas e Soares (2006), muitos professores enfrentam dificuldades financeiras e de tempo para participar de programas de formação continuada. Políticas públicas que ofereçam apoio financeiro e logístico são essenciais para garantir que todos os professores tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo.

Conforme Farage (2021), a tecnologia pode ser uma aliada na formação continuada dos professores. O uso de plataformas online e recursos digitais permite que os professores acessem cursos e materiais de formação de maneira flexível e conveniente.

Segundo Jesus et al. (2023), a colaboração entre instituições de ensino superior e escolas é fundamental para o sucesso da formação inicial e continuada. Parcerias que promovam a troca de conhecimentos e experiências entre universidades e escolas contribuem para a melhoria da qualidade da formação docente.

De acordo com o Banco Mundial (2018), um currículo que equilibre teoria e prática proporciona aos futuros professores as ferramentas necessárias para enfrentar os desafios da sala de aula e para obter bons resultados no ENADE.

Segundo o Censo Escolar (2020), os programas de formação continuada devem ser constantemente atualizados para refletir as mudanças nas demandas educacionais e nas novas descobertas pedagógicas. Essa adaptabilidade garante que os professores estejam sempre equipados com as melhores práticas e conhecimentos atualizados.

Conforme o SAEB (2019), a promoção de uma cultura de aprendizado contínuo desde a formação inicial encoraja os professores a buscarem constantemente novas oportunidades de desenvolvimento profissional.

As tendências atuais de formação continuada apontam para modelos mais acessíveis, dinâmicos e adaptados às realidades dos professores em exercício. Cursos online abertos, redes de troca de experiências entre profissionais e formações que

combinam atividades presenciais e a distância têm se mostrado alternativas eficazes para a atualização dos docentes, especialmente na área de Geografia.

Esses formatos possibilitam que os professores desenvolvam novas competências de forma flexível, respeitando seus tempos e demandas profissionais. Nesse cenário, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) destaca-se como uma política pública essencial para a democratização da formação superior e continuada em todo o país, levando educação de qualidade a regiões que historicamente sofrem com a falta de oferta presencial de cursos.

A UAB tem sido fundamental para garantir o acesso a licenciaturas, especializações e cursos de aperfeiçoamento, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade da formação docente e, por consequência, para o fortalecimento do desempenho dos professores em avaliações como o ENADE.

Outro aspecto central para a melhoria da formação docente é a necessidade de preparar professores que sejam também pesquisadores, e não apenas transmissores de conteúdos prontos.

O desenvolvimento de uma postura investigativa, capaz de problematizar práticas pedagógicas, interpretar criticamente a realidade escolar e buscar soluções criativas para os desafios da sala de aula, é essencial para uma educação em Geografia mais significativa e atualizada.

Professores com essa atitude crítica e investigativa tendem a formar alunos mais reflexivos e conscientes, ao mesmo tempo em que aprimoram sua própria capacidade analítica. Essa formação mais profunda também se reflete nos resultados do ENADE, que não exige apenas o domínio teórico, mas cobra dos futuros docentes a capacidade de compreender e analisar questões complexas.

Portanto, estimular a formação de professores pesquisadores é apostar em uma prática educativa mais autônoma, crítica e transformadora, em sintonia com as demandas contemporâneas da educação básica.

Diante das defasagens identificadas nos resultados do ENADE, torna-se imprescindível questionar em que medida essas dificuldades estão relacionadas à própria estrutura e qualidade da formação inicial e continuada dos professores.

Avaliar os resultados sem considerar o percurso formativo dos docentes pode levar a conclusões superficiais ou pouco eficazes em termos de políticas públicas. Nesse sentido, é necessário estabelecer mecanismos que permitam não apenas a mensuração do desempenho dos estudantes concluintes, mas também a análise crítica das condições formativas às quais esses profissionais foram submetidos ao longo de sua trajetória acadêmica.

A ausência de um monitoramento sistemático da qualidade dos cursos de licenciatura e das ações de formação continuada dificulta a identificação precisa das origens das defasagens docentes. Se não houver uma avaliação aprofundada dessas formações, corre-se o risco de atribuir exclusivamente ao indivíduo — o professor — a responsabilidade por lacunas que são, muitas vezes, resultado de currículos desatualizados, estágios pouco supervisionados, ausência de práticas pedagógicas significativas ou programas de formação continuada pouco contextualizados.

Além disso, é fundamental reconhecer que nem todos os cursos de licenciatura seguem os mesmos padrões de exigência, carga horária prática ou integração entre teoria e prática. A heterogeneidade das formações no Brasil — especialmente entre instituições públicas e privadas, e entre regiões com diferentes níveis de infraestrutura — reforça a importância de instrumentos avaliativos que considerem essas variáveis para não gerar diagnósticos imprecisos ou injustos.

Nesse cenário, o ENADE pode funcionar como uma ponte entre o desempenho observado e a estrutura formativa que o precede. Para isso, é necessário que os resultados do exame sejam cruzados com indicadores de qualidade dos cursos, como infraestrutura, qualificação docente, presença de projetos integradores, estágio supervisionado efetivo e articulação com as redes escolares.

Tal cruzamento permitiria identificar se as defasagens estão relacionadas a falhas no processo formativo, possibilitando intervenções mais específicas, assertivas e

orientadas à melhoria da formação docente no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação partiu do pressuposto de que o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), enquanto instrumento de avaliação da educação superior, não pode ser compreendido de maneira isolada dos contextos sociais, econômicos e institucionais que moldam o percurso formativo dos estudantes, em especial daqueles matriculados nos cursos de licenciatura em Geografia.

Ao longo da análise, demonstrou-se que o ENADE, ao adotar critérios padronizados e orientados por lógicas quantitativas, opera dentro de uma matriz avaliativa que tende a invisibilizar as desigualdades educacionais históricas que marcam o sistema educacional brasileiro.

As evidências levantadas a partir da análise documental e da literatura especializada indicam que estudantes oriundos de camadas sociais mais vulneráveis, provenientes majoritariamente de escolas públicas e de regiões periféricas, enfrentam trajetórias escolares marcadas por defasagens estruturais, ausência de políticas de permanência e acesso limitado a recursos pedagógicos e tecnológicos.

Essas condições impactam diretamente o desempenho desses sujeitos em avaliações em larga escala como o ENADE, produzindo um diagnóstico que, em muitos casos, mais retrata as assimetrias de origem do que a efetiva qualidade da formação docente recebida.

Verificou-se, ainda, que o ENADE, ao alimentar indicadores como o Conceito Preliminar de Curso (CPC), exerce influência sobre políticas institucionais, processos de regulação e financiamento e a imagem pública dos cursos avaliados.

Essa centralidade, no entanto, não tem sido acompanhada por mecanismos que considerem a complexidade dos processos formativos, os projetos pedagógicos dos cursos ou os contextos regionais e institucionais nos quais estão inseridos. A consequência disso é a consolidação de uma lógica avaliativa reducionista, que atribui responsabilidade aos cursos e aos estudantes por resultados que são, em larga medida, determinados por fatores externos à sala de aula.

No campo da Geografia, essa problemática adquire contornos ainda mais relevantes. Os cursos de licenciatura em Geografia, frequentemente alocados em instituições com menos recursos, desempenham um papel social estratégico na formação de professores que irão atuar, justamente, em contextos marcados por vulnerabilidades.

A formação de professores de Geografia adquire um papel estratégico ainda mais relevante no atual cenário de desafios socioambientais e territoriais que o Brasil enfrenta. A Geografia, enquanto campo do conhecimento que articula sociedade, natureza e território, é fundamental para formar cidadãos críticos, capazes de compreender as dinâmicas espaciais e os processos que moldam a realidade em que vivem.

As mudanças climáticas, os processos de urbanização desigual, a intensificação dos conflitos territoriais envolvendo populações tradicionais, indígenas e camponesas, bem como os desafios da gestão sustentável dos recursos naturais, são exemplos de problemáticas contemporâneas que exigem uma formação docente sólida e crítica.

Professores de Geografia precisam ser preparados não apenas para transmitir conteúdos, mas para mobilizar seus estudantes na análise crítica do espaço geográfico, desenvolvendo competências de leitura do mundo e de intervenção social.

Nesse sentido, o fortalecimento dos cursos de licenciatura em Geografia, especialmente nas regiões mais vulneráveis, deve ser tratado como prioridade estratégica para o país. A atuação desses professores, muitas vezes em comunidades marginalizadas, pode contribuir decisivamente para a construção de uma consciência cidadã, para o fortalecimento das identidades territoriais e para a promoção de práticas educativas voltadas à justiça socioambiental.

A ausência de uma formação robusta em Geografia impacta diretamente a capacidade das novas gerações de interpretar e enfrentar as desigualdades socioespaciais, a crise climática e os processos de exclusão social que se intensificam em escala global e local.

Assim, o investimento na formação inicial e continuada de professores de Geografia não é apenas uma questão acadêmica ou corporativa: trata-se de uma exigência para a consolidação de um projeto de sociedade mais justa, democrática e sustentável.

Diante disso, qualquer avaliação da formação docente, como é o caso do ENADE, deveria considerar a especificidade da Geografia como área de conhecimento estratégico, incorporando parâmetros que valorizem a capacidade dos futuros professores de promover análises críticas e de engajamento social, e não apenas a reprodução técnica de conteúdos escolares.

Nesse sentido, a responsabilização dos cursos e dos discentes por desempenhos aquém do esperado, sem a devida mediação analítica sobre os determinantes estruturais envolvidos, não contribui para o aprimoramento das práticas formativas. Ao contrário, tende a reforçar processos de estigmatização institucional e de desvalorização da docência como carreira.

Dessa forma, entende-se que a reformulação do ENADE deve passar por uma profunda revisão de suas diretrizes metodológicas e conceituais. É necessário que o exame seja articulado a uma avaliação mais holística, que considere indicadores qualitativos, como o envolvimento dos alunos em atividades de extensão, pesquisa e estágio supervisionado, bem como a coerência dos currículos com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Além disso, é urgente ampliar o debate sobre as finalidades da avaliação no ensino superior: se esta deve servir à melhoria da qualidade ou à classificação e ranqueamento das instituições.

Adicionalmente, este estudo evidencia a necessidade de se construir políticas públicas comprometidas com a equidade educacional. Tais políticas devem articular avaliação, inclusão e valorização docente, promovendo investimentos que assegurem não apenas o acesso, mas também condições de permanência e formação de qualidade para os licenciandos.

Ações como a ampliação de programas de formação continuada, o fortalecimento do PIBID e da Residência Pedagógica, bem como a criação de mecanismos de apoio acadêmico e psicossocial, são fundamentais para mitigar os efeitos das desigualdades no processo formativo.

Por fim, conclui-se que a melhoria da qualidade da formação docente no Brasil passa, necessariamente, pela compreensão de que os desafios enfrentados pelos cursos de licenciatura em Geografia não são apenas pedagógicos ou curriculares, mas também estruturais e políticos.

A avaliação da formação docente precisa ser parte de um projeto mais amplo de justiça educacional, no qual se reconheça que o direito à educação superior de qualidade implica o enfrentamento das desigualdades que atravessam historicamente o ensino público no país.

Avaliar a formação docente é, em última instância, avaliar o tipo de sociedade que se deseja construir. A formação de professores não é apenas um processo técnico de transmissão de conteúdos, mas um projeto político e social que define as bases sobre as quais a cidadania, a democracia e a justiça social se sustentam.

A maneira como se estrutura e se avalia a formação dos professores, portanto, reflete as prioridades de um país: se estas estão voltadas para a promoção da equidade e da transformação social ou para a reprodução de desigualdades históricas.

Uma educação superior excludente, que não reconhece e não enfrenta as desigualdades de origem dos estudantes, contribui para aprofundar as fissuras sociais já existentes.

Quando o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico ficam restritos àqueles que possuem melhores condições socioeconômicas, o ensino superior deixa de ser um vetor de mobilidade social e passa a funcionar como um mecanismo de manutenção das elites e de reprodução das hierarquias sociais.

Neste contexto, avaliações educacionais que ignoram as condições objetivas de vida, os contextos institucionais e as trajetórias sociais dos estudantes acabam

reforçando o ciclo de exclusão. Ao padronizar expectativas e mensurar desempenhos de maneira homogênea em uma realidade profundamente heterogênea, corre-se o risco de naturalizar a desigualdade como se fosse uma falha individual e não um reflexo de injustiças estruturais.

Assim, repensar o ENADE e demais instrumentos avaliativos implica, necessariamente, repensar o próprio papel da educação superior na sociedade brasileira. Mais do que medir desempenhos, é preciso construir avaliações que reconheçam os diferentes pontos de partida dos estudantes, valorizem os avanços e respeitem a diversidade de projetos pedagógicos.

Somente assim será possível articular avaliação, justiça educacional e democratização do ensino superior de maneira efetiva e transformadora.

Consolidar uma lógica avaliativa mais justa é condição indispensável para a construção de um projeto de nação que valorize o conhecimento como direito, a educação como ferramenta de emancipação e a docência como profissão estratégica para o desenvolvimento social. Avaliar com justiça é um compromisso ético e político com o futuro do país.

Em síntese, esta dissertação evidenciou que avaliar a formação de professores de Geografia em um país marcado por profundas desigualdades educacionais requer uma compreensão crítica dos limites dos instrumentos avaliativos atualmente em vigor, como o ENADE.

Ao desconsiderar as condições socioeconômicas de origem dos estudantes e os contextos institucionais das licenciaturas, o exame corre o risco de reforçar injustiças em vez de combatê-las.

O desafio que se impõe, portanto, é construir processos avaliativos que valorizem a formação integral do futuro docente — não apenas seu domínio de conteúdos, mas sua capacidade de formar cidadãos críticos, sensíveis às questões territoriais, socioambientais e democráticas que atravessam o Brasil contemporâneo.

Avaliar a formação docente, nesse sentido, é reconhecer que a qualidade da educação pública e o enfrentamento das desigualdades caminham lado a lado. Somente uma avaliação comprometida com a equidade poderá contribuir para um projeto educacional verdadeiramente emancipador e para a consolidação de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

AGÜERO, J. et al. Do more school resources increase learning outcomes? Evidence from an extended school-day reform. [S. l.]: Institute of Labor Economics, 2021.

ALVES, M.; SOARES, J. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, mar. 2013. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100012>

» <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100012>

ANDRADE, F. D. P. de .; SOUSA, J. P. de .; RIBEIRO, L. T. F. . EDUCAÇÃO DO CAMPO: o estado precário da infraestrutura escolar. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, [S. l.], v. 10, n. 33, 2024. DOI: 10.21920/recei.v10i33.5678. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/5678>. Acesso em: 30 maio. 2024.

BANCO MUNDIAL. Competências e Empregos: uma agenda para a juventude. Brasília: Banco Mundial, 2018. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/470851530212939825/pdf/126421-PT-PUBLIC-Portuguese.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

CARVALHO, M. M. de; WALTENBERG, F. D. Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013. Econ. Apl., São Paulo, v. 19, n. 2, p. 369-396, abr./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-8050/ea124777>.

CATANI, Afrânio Mendes et al (2006), “Prouni: democratização do acesso às instituições de Ensino Superior?” Educar, (28): 125-140

CENSO ESCOLAR. Censo Escolar da Educação Básica 2020. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/microdados/2020/microdados_censo_escolar_2020.zip. Acesso em: 28 maio 2024.

CRUZ, Adelita. O alcance dos pré-vestibulares comunitários/populares nos programas afirmativos- O caso da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2016

DURHAM, Eunice Ribeiro. (2003), O Ensino Superior no Brasil: público e privado São Paulo, Nupes-usp.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 140, p. 122-143, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.237>.

HONORATO, Gabriela & HERINGER, Rosana. (2015), Acesso e sucesso no Ensino Superior: uma sociologia dos estudantes Rio de Janeiro, Faperj.

IBGE. Educação. Indicadores de Educação 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/educacao-2019>. Acesso em: 28 maio 2024.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 28 maio 2024.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pnad-continua-2020>. Acesso em: 28 maio 2024.

INEP. Censo da Educação Superior 2022. Brasília: INEP, 2022.

INEP. Censo da Educação Superior 2022. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/microdados/2022/microdados_educacao_superior_2022.zip. Acesso em: 28 maio 2024.

INEP. Censo da Educação Superior 2022. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/microdados/2022/microdados_educacao_superior_2022.zip. Acesso em: 28 maio 2024.

INEP. Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) 2019. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/resultados/2019/resultados_saeb_2019.zip. Acesso em: 28 maio 2024.

INEP. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) 2022. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/avaliacao-e-exames-educacionais/sinaes>. Acesso em: 28 maio 2024.

INEP. Sinopses Estatísticas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes 2023. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/sinopse_estatistica/enade_2023.zip. Acesso em: 09 maio 2025.

JESUS, Christielly Nascimento de; MASCENA, Jonadabe Lauvers dos Santos; JUNIOR, Marcos Roriz; CARVALHO, Willer Luciano. Os desafios da gestão do transporte escolar no Brasil. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES, 2023, [s.l.]. Anais [...]. [s.l.]: ANPET, 2023. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1442/o/2023_-_ANPET_-_galao-proceedings--anpet-2023--174631.pdf. Acesso em: 27 mai. 2024.

Judensnaider, I. Conteúdos históricos e filosóficos da ciência na formação inicial de professores [recurso eletrônico]: uma investigação a partir das provas do ENADE de 2017 dos cursos de licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química. Campinas, SP: [s.n.], 2022. Repositório da produção científica e intelectual da UNICAMP.

LIMA, K. R. de S. Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

LÓPEZ, Esteban. O alcance dos pré-vestibulares comunitários/populares nos programas afirmativos- O caso da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2017; BRANDÃO, Lucas Leon Vieira de Serpa. Pode o subalterno estudar? Cartografia da desigualdade de oportunidades para o acesso ao ensino superior pela classe trabalhadora periférica. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2024.

Marconi, M. de A.; Lakatos, E. M. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTELETO, Letícia et al (2016), Educational stratification after a decade of reforms on higher education access in Brazil. *Research in Social Stratification and Mobility*, 46: 99-111

MEC. Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica 2021. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pibid-e-residencia-pedagogica>. Acesso em: 28 maio 2024.

MEC. Programa Universidade para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) 2021. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/prouni-fies-2021>. Acesso em: 28 maio 2024.

MEDEIROS, Hugo Augusto Vasconcelos; MELLO NETO, Ruy de Deus e. Desigualdade educacional nos exames de larga escala e a jornadas escolares extendidas: uma análise da rede pública de ensino médio de Pernambuco (Brasil). *Ensaio: aval. pol. públ. educ.*, v. 32, n. 123, p. 281-305, abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362024003204281>.

Minayo, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONT'ALVÃO, Arnaldo. (2015), "Tendências das desigualdades de acesso ao Ensino Superior no Brasil, 1982-2010". *Educação & Sociedade*, 35 (127): 417-441.

NASSIF, Andrea Crocci de Souza. Como o Sistema Tributário Brasileiro Tem Reproduzido as Desigualdades Sociais?. *Cadernos da Escola Paulista de Contas*, São Paulo, v. 1, n. 12, p. 1-15, 1. sem. 2024.

NUNES, Andrea. Formação Geral e Conhecimento Específico Na Prova Enade. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/28811599/Formação_Geral_e_Conhecimento_Específico_Na_Prova_Enade. Acesso em: 30 maio 2024.

OCDE. Educação no Brasil: uma perspectiva internacional. Brasília: OCDE, 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/Education-Policy-Outlook-Country-Profile-Brazil-2018-PT.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

OLIVEIRA, Juliana Marinho de. O alcance dos pré-vestibulares comunitários/populares e instituições sociais nos programas afirmativos. 2019

PERALBO, Manuel et al. (Org.). XVII Congreso Internacional Gallego-Portugués de Psicopedagogía. [S.l.]: [s.n.], 2023. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Peralbo,M_et_al_2023_Actas_XVII_Congreso_Internacional_Psicopedagogia.pdf. Acesso em: 28 maio 2024.

PICANÇO, Felícia. (2015), "Juventude por cor e renda no acesso ao Ensino Superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades?" *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30 (88): 145-181.

REBOUÇAS, Willame Anderson Simões. O fenômeno da evasão estudantil no ensino superior = The phenomenon of student evasion in higher education. COMCIÊNCIA, [S.l.], 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/comciencia/article/view/8656851>. Acesso em: 30 maio 2024.

SALATA, André. Ensino superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? Tempo Social, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-253, maio/ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>.

SEGATTO, C.; ABRUCIO, F. A gestão por resultados na educação em quatro estados brasileiros. Revista do Serviço Público, Brasília, DF, v. 68, n. 1, p. 272-278, 2017. <https://doi.org/10.21874/rsp.v68i1.762>
» <https://doi.org/10.21874/rsp.v68i1.7627>

SEMESP. Mapa do Ensino Superior no Brasil 2022. São Paulo: SEMESP, 2022.

SIMM, Eduardo Bolicenha. Análise das provas de formação geral do ENADE. Cadernos de Artigos Científicos e Resumos Expandidos, v. 1, n. 4, 2015. Edição 2016-06-17.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 52, p. 291-310, set. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000300002>.